

AUTORES

Antonio Barros de Castro  
Arno J. Mayer  
Maria Sylvia de Carvalho Franco  
Rudolf Bell

COORDENAÇÃO

Paulo Sérgio Pinheiro

# TRABALHO ESCRAVO, ECONOMIA E SOCIEDADE

DEBATEDORES

Carlos A. Hasenbalg  
Fernando A. Novais  
Peter Eisemberg  
Eduardo de Oliveira e Oliveira  
Gervásio Castro de Rezende  
João Manuel Cardoso de Melo  
Helena Lewin  
Marilena Chaui  
Décio Saes  
Carlos Vogt  
Juarez Brandão Lopes  
Caio Navarro de Toledo  
Kalman Silvert  
Fausto Alvim Junior



PAZ E TERRA

**“AS MÃOS E OS PÉS DO SENHOR DE ENGENHO”**  
**DINÂMICA DO ESCRAVISMO COLONIAL**

*Antonio Barros de Castro*



## I – APRESENTAÇÃO

Em notável passagem dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Brandonio procura explicar a Alviano as vantagens do novo sistema comercial, que vinha sendo implantado por Portugal. Trata-se, afirma o primeiro, de arrebatar mercados e quebrar monopólios vendendo barato e em grandes quantidades artigos até então levados à Europa em pequenas quantidades e a altíssimos preços. A manobra havia anteriormente sido realizada por D. Manuel contra os venezianos. No caso, porém, a pimenta continuava a ser comprada pelos portugueses: o sagaz Brandonio propõe no entanto que – para derrotar os holandeses – se vá agora mais longe, implantando o próprio cultivo da pimenta em terras brasileiras. Com este intuito haveria que “mandar uma caravela à Índia, para que somente lhe trouxesse de lá muita semente de pimenta em pipas”. As sementes seriam repartidas entre “moradores, obrigando-os a que a plantassem”. Asseguradas as fontes supridoras, poderia Sua Majestade com “pouco ou nenhum trabalho e menos despesa”... “mandar vender (a pimenta) por preços que ficassem os holandeses perdendo muito dinheiro”<sup>1</sup>.

O projeto de Brandonio jamais seria realizado devido, possivelmente, à oposição do comércio português estabelecido na Índia. Mas, como bem sabemos, o que propunha aquele que devia ser um senhor de engenho da Paraíba não era senão uma tentativa de reprodução, no que se refere à pimenta, do verificado com o açúcar. Recapitemos em poucas palavras o ocorrido com este gênero colonial.

Uma extraordinária combinação de interesses, onde estava presente o Trono Português, comerciantes lusitanos, interesses genoveses e alemães, patrocinou a meados do século XV o surgimento da agroin-

1. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Obra composta em 1618; sobre o trabalho e o autor, vide a introdução de Capistrano de Abreu na edição de 1930 da Oficina Industrial Graphica do Rio de Janeiro. Referência na pág. 135.

dústria açucareira nas ilhas da Madeira e de São Tomé. As técnicas procediam de zonas produtoras mediterrâneas, o trabalho era realizado basicamente por escravos africanos, e o produto era levado para a Europa. Tanto na implantação de engenho quanto na comercialização do produto, teriam um papel primordial os “cristãos novos” que, com suas conexões internacionais, constituíam a vanguarda da burguesia mercantil portuguesa<sup>2</sup>.

O êxito da experiência foi enorme, permitindo aos capitais nela empregados conquistar em poucas décadas o controle do comércio açucareiro. A expansão da produção e a tomada dos mercados foram, porém, acompanhadas de uma drástica redução no preço do açúcar – que D. Manuel tentaria conter, limitando por decreto a quantidade do produto que podia sair da Madeira<sup>3</sup>. A queda de preço não se dera contudo em vão: não apenas permitira aos novos concorrentes assenhorear-se do mercado, como propiciara enorme expansão do consumo do açúcar. Em menos de um século o produto iria passar de droga medicinal a condimento amplamente utilizado no preparo de carnes e outras comidas. “Não se pode passar sem ele nas comidas e bebidas”, informa-nos uma obra publicada em 1535<sup>4</sup>.

Quando, em 1587, Gabriel Soares nos fala dos engenhos baianos – “21 que moem com água e 15 que moem com bois e 4 que se andam fazendo” –, a breve experiência levada a efeito na costa africana começava a ser reproduzida – em escala ampliada – nas terras do Brasil. Dentro em pouco a hegemonia da produção açucareira passaria à vasta colônia portuguesa, enquanto entrava em franca decadência a produção siciliana. Não tardaria o declínio da cana na própria ilha da Madeira<sup>6</sup>.

O episódio do açúcar é rico em ensinamentos – que, como vimos, Brandonio apreende e tenta aplicar. Nele desponta um novo padrão de comportamento mercantil: trata-se de obter “lucros produzindo quantidades cada vez maiores de açúcar a preços em diminuição, extraindo disso maiores ganhos de um mercado em rápido crescimen-

2. Werner Sombart. *The Jews and Modern Capitalism*. Cap. 4; Eduardo D'Oliveira França. *Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia Colonial*. Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 1969.

3. J. Lucio de Azevedo. *Épocas de Portugal na Colônia*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, pág. 221.

4. J. Lucio Azevedo, op. cit., pág. 225.

5. Gabriel Soares de Souza. *Notícia do Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, pág. 300, tomo I.

6. The Cambridge Economic History of Europe, pág. 290; J. Lucio Azevedo, op. cit., pág. 240.

to”<sup>7</sup>. Para alimentar o crescente fluxo do comércio havia, no entanto, que ampliar a produção, o que exigia a incorporação de grandes levas de escravos. As principais mudanças históricas iriam verificar-se em dois planos:

– O capital mercantil europeu tem agora assegurado um fluxo crescente de comércio de longa distância. Cabe-lhe financiar, distribuir e revender as mercadorias na Europa. Surge, além do mais, um campo altamente lucrativo no comércio atlântico: o tráfico de escravos.

A atuação dos europeus nas terras de além-mar irá sofrer profunda transformação. No Brasil, diz-nos Gilberto Freyre (omitindo o estágio ocorrido nas ilhas africanas), “muda o rumo da colonização portuguesa”<sup>8</sup>. A produção, as trocas, e a própria sociedade passavam a organizar-se em bases mais sólidas e estáveis. Os novos núcleos da colonização começariam a converter-se em mercados para as manufaturas européias – com o que as colônias adquiriam mais um importante papel. Inaugurava-se, em suma, na expressão de Hobsbawm, um “novo modelo de exploração colonial”<sup>9</sup>.

A abertura de frentes de comércio e a implantação do novo modelo colonial são evidentemente faces de um mesmo fenômeno histórico. Assim, por exemplo, conta-nos Bagú, referindo-se à invasão de Cuba, em 1762, que “no dia seguinte de ocupar Havana”... “um vasto mecanismo capitalista começou a vender escravos aos colonos a baixo preço e ofereceu comprar o açúcar que ia ser produzido... a alto preço”<sup>10</sup>. O capital mercantil – vasto mecanismo cujos negócios articulam, continentes – aparece aqui a um só tempo, criando oportunidades comerciais e patrocinando o surgimento de um novo e poderoso núcleo colonial escravista. Quanto às relações entre os interesses mercantis propriamente ditos e os das colônias, seriam em princípio regulamentados pela legislação ultramarina, para a qual as colônias deveriam simples-

7. Eric Hobsbawm. *En Torno a las Origenes de la Revolucion Industrial*. Buenos Aires, Siglo Veinteuno, pág. 77.

8. Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1950, pág. 95, vol. I.

9. Eric Hobsbawm. *Capitalismo e Transição*. Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1974, pág. 94. O autor claramente distingue entre a experiência portuguesa (e a seguir Antilhana) no açúcar e as práticas holandesas no sudeste da Ásia. O mesmo não ocorre com aqueles que empregam o termo Antigo Sistema Colonial. Vide Fernando A. Novais. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* (séculos XVI-XVIII). São Paulo, CEBRAP, pág. 15, caderno 17.

10. Sergio Bagu. *Economia de la Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Livraria El Ateneu Editorial, 1949, pág. 141.

mente ajustar-se aos “fins e objetivos visados nos empreendimentos coloniais”<sup>11</sup>.

Tendo em vista o que precede, não deve surpreender o fato de que o estudo da história colonial tenha sido tradicionalmente realizado a partir das relações mercantis entre as metrópoles e as respectivas colônias. Afinal, o comércio está nas origens e a ele coube definir o próprio “sentido” da colonização<sup>12</sup>.

Retornemos ao episódio da instauração da hegemonia portuguesa no açúcar. Existe ali algo que Brandonio não perde de vista: a competição entre as regiões provedoras. Inicialmente, de fato, tratava-se de uma luta entre intermediários venezianos, portugueses e holandeses. A seguir, no entanto, a competição se desloca para o âmbito da produção: a Madeira ameaça a Sicília, e acaba cedendo à pressão exercida pelos produtores brasileiros. Havia começado uma corrida sem fim entre as regiões fornecedoras de produtos tropicais. O próximo lance é do Caribe Menor, a meados do século XVII. Na viva linguagem de Eric Williams, “era uma corrida de revezamento: o primeiro a começar passava o bastão, contrariado, podemos estar certos, para outro e se ajeitava tristemente atrás”<sup>13</sup>.

O fenômeno da competição entre colônias, referido de passagem por alguns autores, permite entrever a existência de outros determinantes na história colonial. Os portugueses agora surgem como aprendizes de feitiçeiros, incapazes de controlar as forças que desencadearam. Ao findar o século XVII, suas colônias não são mais que membros – em dificuldade – de uma crescente rede de produtores tropicais. Elas haviam sido colhidas nas malhas de um amplo movimento histórico e aí buscavam, a todo custo, defender posições e adaptar-se a uma situação de relativa inferioridade – e crise crônica. A sua sorte não fazia senão antecipar a de outros membros: o auge das Índias Ocidentais Britânicas durou pouco, sendo eclipsado pela emergência das Antilhas Francesas...

Esta é, manifestamente, uma outra perspectiva, onde ganham destaque, numa primeira instância, as relações intercoloniais. A partir dela surgem, no entanto, importantes indagações. Como se dá o surgimento de novas zonas produtoras? O que faz com que certas regiões sejam assediadas por comerciantes, que oferecem escravos e prometem comprar o produto, enquanto outras, como o Maranhão (a

11. Fernando A. Novais, op. cit., pág. 4.

12. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia). São Paulo, Editora Brasiliense, pág. 26.

13. Eric Williams. *Capitalism & Slavery*. New York, Capricorn Books, 1966, pág. 7.

se crer nos lamentos de Vieira)<sup>14</sup> – não conseguem escravos e nem tampouco barcos para escoarem a produção? O que se passa com uma região – quando perde a posição de liderança? Como (e por quem) será feita a defesa de seus interesses? Existe, enfim, uma lógica na evolução, no auge, bem como no declínio das regiões escravistas?

Para entender o gênero de problemas que acabamos de levantar há que centrar as atenções, primeiramente, sobre os processos produtivos que se desenvolvem à base do trabalho escravo. Começa-se por admitir a existência de diferentes produtividades, nas diversas zonas produtoras – o que faz com que certas áreas apareçam como “superdotadas”. A partir desse fenômeno, seremos levados ao conceito de “renda diferencial” que opera como um princípio motor, a promover deslocamentos na rede de regiões provedoras. O exame da perda de posição das áreas “superdotadas” – e do surgimento de reações defensivas – nos levará ao estudo dos membros efetivos ou regiões “maduras”. Finalmente teremos em conta a submersão de regiões que passam a provedoras “residuais”. As zonas residuais, pouco importantes como fornecedoras de produtos, revelam a resistência da lavoura escravista, que, batida na competição internacional, entra em “letargia secular”, como observou Furtado<sup>15</sup>. O exame dessa capacidade de preservação nos conduz ao conceito de “renda da escravidão”, matriz das rendas auferidas pelas classes que direta ou indiretamente exploram o trabalho escravo. A “renda da escravidão”, como veremos, não é o princípio motor, e sim, o princípio de sustentação – o segredo último, como diria Marx, da economia colonial escravista.

Não se entenda, pelo que aqui foi dito, que julgamos de somenos importância o estudo das relações metrópole-colônia. Afirmamos, isto sim, que, no marco unidimensional das relações metrópole-colônia, tudo parece resolver-se em pressões do pólo dominante sobre o pólo dominado. Neste estreito marco, não tem lugar nem a renda diferencial – que se define nas relações intercoloniais – nem a própria renda da escravidão – a qual só é percebida mediante análise do processo de trabalho escravo. Admitidos estes conceitos, a moderna escravidão revela-se a um só tempo mais internacional e mais localmente determinada do que sugere a tradicional visão metrópole-colônia. O que nos leva a crer que, sem tê-los em conta, não entenderemos sequer as próprias relações metrópole-colônia...

14. Mauricio Goulart. *Escravidão Africana no Brasil* (das origens à extinção do tráfico). São Paulo. Livraria Martins Editora, pág. 124.

15. Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, pág. 59.

## II - A QUESTÃO DO TRABALHO ESCRAVO

De Gandavo a Antonil, cronistas de diferentes épocas ressaltam a necessidade do trabalho escravo. Diz o primeiro: “os moradores desta costa do Brasil, todos tem terras de sesmarias... e a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas”<sup>16</sup>. Acrescenta o segundo: “sem eles o Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda”<sup>17</sup>. Donde provém esta convicção de que o braço escravo é na colônia imperativo econômico?

O renascimento ou, melhor dito, o recrudescimento do trabalho escravo no Novo Mundo é uma questão que vem sendo tratada sob diversos ângulos. Certos autores tentam explicar a presença entre nós do trabalho escravo remontando à Península Ibérica e ao período da Reconquista, que precede a fase das grandes descobertas<sup>18</sup>. A guerra de libertação, a ocupação das terras reconquistadas e o próprio contato com os mouros teriam, desde então, familiarizado os ibéricos com a escravidão negra. Sancho Pança, algo desconcertado com a perspectiva de conquista de uma terra de negros, consola-se pensando que os venderia na Espanha “*donde me los pagaran de contado*”. Um autor citado por Caio Prado Jr. informa-nos que, por volta de 1550, 10% da população de Lisboa era composta de escravos<sup>19</sup>.

Aceitemos as evidências históricas: na Espanha como em Portugal a escravidão negra era uma realidade quando do início da colonização. Este fenômeno tem no entanto escasso significado para efeitos de nossa análise. O que se busca aqui entender não é a existência de escravos na colônia, e, menos ainda, a gênese deste fenômeno. A questão é outra: trata-se de entender a posição dominante adquirida pela mão-de-obra escrava nas atividades que fundamentam e determinam a estrutura econômico-social do novo modelo colonial. A existência de escravos na Península Ibérica ao tempo das grandes descobertas (predominantemente como serviçais) pode, em suma, explicar a *presença* de escravos já nas primeiras expedições espanholas<sup>20</sup>. Mas em nada nos ajuda a compreender a

16. Pero de Magalhães Gandavo. “Tratado da Terra do Brasil”. In: *Cadernos de História do Brasil*, vol. II. Editora Obelisco, 1964.

17. André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Conselho Nacional de Geografia, 1963, pág. 19.

18. Vide, por exemplo, Mauricio Goulart, op. cit.

19. Caio Prado Jr., op. cit., pág. 24.

20. Rolando Melhade. *La Esclavitud em Hispano-America*. Buenos Aires, Eudeba Editorial Universitária, 1964, pág. 26.

sentença de Vieira “sem negros não há Pernambuco”.

Despreocupemo-nos pois das origens: na Virgínia como em Barbados, os primeiros colonos foram varridos pelo braço cativo (ou tornaram-se eles mesmos senhores de escravos), desde o momento em que surgiram condições propícias à implantação da grande lavoura escravagista.

Eric Williams, em seu famoso capítulo sobre as origens da escravidão negra, tenta explicar o recurso ao braço negro pela escassez de homens livres na Europa. O argumento é formulado em termos quantitativos e globais: não seria possível obter trabalhadores em número suficiente para abastecer as plantações de açúcar, fumo e algodão<sup>21</sup>. A proposição surpreende pela infelicidade, numa obra, de resto, extraordinariamente estimulante.

Antes de mais nada, uma pequena parcela dos emigrantes que deixavam a Europa com destino à América seria o bastante para operar a agroindústria açucareira das Índias Ocidentais. Não apenas isto não ocorreu, como a implantação do escravismo nas pequenas ilhas (Barbados, entre outras) provocou o já referido êxodo de trabalhadores livres<sup>22</sup>.

Observe-se ainda que, de meados do século XVI a meados do século XVII, a Europa – e a Grã-Bretanha em particular – atravessou um surto de expansão demográfica. É, aliás este surto demográfico que, aliado à dissolução dos mosteiros e à primeira grande onda de “cercamentos” (*enclosures*), daria margem à proliferação dos indigentes, andarilhos, e salteadores, que tanto haveriam de marcar a história social da Inglaterra, dos Tudors a Cromwell.

Uma outra visão do problema tem suas origens em textos clássicos de Smith, Wakefield e Marx. A escravidão, bem como outras modalidades de trabalho forçado surgidas no Novo Mundo, seria explicada pela abundância ali existente de terras por ocupar. “Quando a terra é barata e os homens são livres... não apenas é o trabalho muito caro... mas há dificuldade de obter trabalho a qualquer preço”, diz-nos Wakefield. Nestas condições, mesmo um homem de recursos, como o famoso Mister Peel fica sujeito a não contar com “um empregado (sequer) para fazer sua cama e buscar a água no rio”<sup>23</sup>.

21. Eric Williams, op. cit., pág. 6. O mesmo argumento reaparece em Furtado (*Formação Econômica*, op. cit., pág. 21), referido ao Brasil e a Portugal, e é criticado em Novais, op. cit., pág. 44.

22. O texto básico para a caracterização do fenômeno é *A History of Barbados: 1625-1685*, de V. T. Harlow, Oxford, 1926. Eric Williams e Richard Dunn, entre outros, retomam e desdobram aspectos da “corrida do açúcar” nesta ilha do Caribe.

23. Wakefield e Marx. *Economic History Review*, IV, 1951, pág. 90.

O mérito desta colocação reside em chamar a atenção para as condições históricas próprias do Novo Mundo. Sua falha aí reside também: a escravidão se impunha inexoravelmente em certas regiões, enquanto não lograva criar raízes em outra; o escravo era “necessário” em Pernambuco, mas não o era no sertão. Há, pois, algo de específico que não é captado pelo argumento da fronteira aberta.

O trabalho escravo é requerido, a nosso ver, por uma engrenagem que deve ser entendida a partir da análise do processo de trabalho escravo, e das condições impostas pela competição intercolonial. Em outras palavras, na cadeia dos provedores de mercadorias coloniais, o cativo não constitui uma “alternativa” para o trabalho livre: o escravo é ali “socialmente necessário”<sup>24</sup>.

### III – A PROPRIEDADE DA TERRA

Assim como em relação ao trabalho escravo, existe também uma tradição que pretende explicar a grande propriedade rural, remontando às suas origens:<sup>25</sup> a lei das sesmarias é de 1375, e visava ordenar a reocupação das terras desocupadas durante as recentes campanhas militares... Ocorre porém que a história mostra, e a análise esclarece que partindo-se ou não da grande exploração, a ela se chega a partir da implantação do trabalho escravo. O escravismo portanto “gera” a grande exploração, fenômeno que mais de uma vez foi observado ao vivo em áreas de fronteira, onde a lavoura escravista encontra-se na fase de implantação. É que, como diziam os colonos de Barbados referindo-se aos seus escravos “quanto mais eles compravam, mais eles se tornavam capazes de comprar”<sup>26</sup>.

24. Para Genovese, também, o escravo não pode ser entendido fora de seu contexto. O que daria, no entanto, “autonomia” à sociedade escravista seria, numa palavra, a ideologia dos senhores – o que, não preciso insistir, difere profundamente da tese aqui proposta. *The Political Economy of Slavery*, New York, Vintage Books, 1965, pág. 15. Não chegamos a considerar aqueles que tentam explicar o trabalho escravo pela atuação dos traficantes negreiros – posição a que tende Bagu e que é adotada por Novais (op. cit., pág. 44). Diante desta colocação há que lembrar que os comerciantes de escravos não fazem senão partilhar o valor de mercado do sobretabalho a ser extraído do cativo. Ali onde este valor declina – como no Maranhão, em princípios do século –, cai a capacidade de adquirir escravos e os “negreiros” desaparecem. Vide itens IV, VI e VII.

25. Moacir Palmeira. *Latifúndio e Capitalismo no Brasil*, pág. 10. O autor se dedica, especialmente na quarta parte de seu trabalho, a desenvolver uma crítica radical do “historicismo” que impregna a análise tradicional do latifúndio no Brasil.

26. Citado em Eric Williams, op. cit., pág. 24.

O trabalho escravo deflagra, em suma, um processo cumulativo que leva à concentração da propriedade da terra. Assim sendo, ali onde se *parte* da grande propriedade tudo se passa como se a história encurtasse o caminho, poupasse o processo de concentração que seria provocado pelo trabalho escravo.

Mesmo nos primórdios, quando o regime de doações tinha ainda enorme significado, a propriedade da terra não era o principal elemento determinante da estrutura econômico-social emergente. Já na carta patente de Martim Afonso de Souza (1530) é dito que as terras serão cedidas sob a condição de que as pessoas as “aproveitem”<sup>27</sup>. Ora, a capacidade de uso da terra era então determinada pelo número de escravos de que se dispunha... Entende-se, pois, que a riqueza se medisse à época diretamente pelo plantel de escravos – e não pela terra<sup>28</sup>. Bem mais tarde, Antonil, em sua minuciosa descrição do que “quer (requer) um engenho”, omite a terra, que só será referida mais adiante, quando sugere critérios para a “escolha” de boa terra<sup>29</sup>.

A grande prioridade não deve tampouco ser entendida como “monopólio da terra” destinada a sujeitar a força de trabalho. Isto tem sentido numa estrutura feudal e se expressa no preceito *nulle terre sans seigneur*. Ali, no entanto, onde o trabalhador é definido como “os pés e as mãos do senhor”<sup>30</sup>, o monopólio da terra tem escasso significado. O domínio do trabalhador é na escravidão, direto, explícito, aparentemente absoluto. Não há pois necessidade de mediações: em relação ao escravo, o monopólio da terra é redundante<sup>31</sup>.

Admitido o anterior, voltemos atrás e reconheçamos que partir da grande propriedade não é irrelevante para a *evolução* da economia e da sociedade escravista. Isto poderá ser facilmente percebido se distinguirmos entre exploração e propriedade. A primeira é a área economicamente aproveitada; a segunda é definida pelo perímetro das terras pertencentes a alguém. Ali onde a terra era abundante e operou

27 Citado por Alice Cannabrava, em “A Grande Propriedade Rural”, pág. 201. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, vol. 2.

28. Diálogos, op. cit., pág. 12.

29. Antonil, op. cit., págs. 10,11 e 27.

30. Antonil, op. cit., pág. 19.

31. Em vastas áreas da América Espanhola, no entanto, a terra conquistada *hasta adonde alcance la vista*, era o instrumento fundamental para a apropriação do trabalho indígena.

o regime de doações, a propriedade tendeu a ultrapassar de muito a exploração.<sup>32</sup> Ora, se a propriedade excede amplamente a área aproveitada, mesmo um grande surto expansivo poderá realizar-se dentro dos limites das propriedades existentes. Conseqüentemente, será refreado o surgimento de novos senhores (propriedades) multiplicando-se, em seu lugar, figuras tais como a dos *lavradores*<sup>33</sup>. Isto evidentemente terá implicações sobre a evolução da economia escravista, cuja renda será partilhada por uma subclasse de interesses conflitantes com os senhores<sup>34</sup>. Outras implicações – por exemplo, no plano tecnológico – do tamanho original das propriedades serão referidas no curso deste trabalho.

#### IV – A RENDA DA ESCRAVIDÃO

É bem sabido que os escravos são o fundamento da economia colonial: “sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazendas, nem ter engenhos correntes”<sup>35</sup>. Não fica claro, contudo, a forma pela qual o escravo sustenta o todo, do qual constitui a base.

Considerado individualmente, e num momento qualquer de sua existência, o escravo é um ser totalmente à disposição do senhor. Se, no entanto, tivermos em conta o conjunto dos escravos, durante um período suficientemente longo de tempo, veremos que uma parte de seu trabalho é devotada à produção de seus próprios alimentos, à elaboração do tecido grosso de seu uso, e à prestação de pequenos servi-

32. No famoso engenho Sergipe do Conde, objeto de estudo dos jesuítas Estevão Pereira e Antonil, a área ocupada pelos canaviais correspondia a apenas 1/6 da superfície. Alice Cannabrava, op. cit.; Frederic Mauro, “Contabilidade Teórica e Contabilidade Prática na América Portuguesa no século XVII”. In: *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1969.

33. A importância dos lavradores foi ressaltada por Antonil e pode ser observada de perto através dos minuciosos dados de que se dispõe sobre a evolução do engenho Sergipe do Conde. Vilhena, Tolenare e outros também ressaltam a figura do lavrador. Recentemente, Stuart B. Schwartz, em *Free Labor in a Slave Economy; The Lavradores de Cana de Colonial Bahia*, trabalho incluído em *Colonial Roots of Modern Brazil*, editado por Dauril Alden, University of California Press, 1973, explorou em profundidade o tema.

34. A este respeito vide, em particular, Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste*, págs. 74-8, Editora Brasiliense; Barbosa Lima Sobrinho, *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, especialmente o capítulo I, Livraria Editora Zélio Valverde, Rio de Janeiro.

35. Antonil, op. cit., pág. 19.

ços entre si. Admitamos, por hipótese, que as condições materiais de vida dos escravos sejam inteiramente cobertas por este tipo de trabalho. Este é o trabalho “necessário”: a ele cabe assegurar a sobrevivência dos escravos, condição de existência da economia e da sociedade em questão. Quanto ao “excedente” – razão de ser da exploração escravista –, irá materializar-se em produtos levados a mercado, bem como diluir-se em serviços prestados à camada senhorial. Esta forma específica de trabalho excedente será aqui referida como “renda da escravidão”.

Existe uma relação bastante estável entre o trabalho dedicado às “roças”, de onde os cativos extraem alimentos tais como mandioca e feijão, e o total de trabalho extraído dos escravos. De fato, a observação de Antonil – “costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si”<sup>36</sup>, – reaparece em Vilhena, Mewe, Spix e Martius, Couty e outros<sup>37</sup>. Em certos casos, é bem verdade, este dia não é senão o próprio domingo – “não lhes dando sustento algum, lhes facultam somente o trabalhar o domingo, ou dia santo, em um pedacinho de terra”<sup>38</sup>. Isto, no entanto, seria denunciado por Vilhena como um abuso.

A relativa estabilidade que acabamos de ressaltar é, aliás, compreensível. Efetivamente, a quantidade absoluta de trabalho dedicada à subsistência não tem, em princípio, por que variar, no quadro histórico que defrontamos. De fato, a produção e elaboração de viveres, tecidos e utensílios se faz por processos primitivos e praticamente imutáveis. Por outro lado, a jornada de trabalho estende-se usualmente de “sol a sol”, sendo ainda prolongada em torno da casa-grande, em “serões” dedicados primordialmente ao beneficiamento de produtos de lavoura. A renda da escravidão tem, pois, algo de “absoluto” correspondendo, digamos, a 4/5 do tempo total de trabalho dos escravos.

36. Antonil, op. cit., pág. 21.

37. Luiz dos Santos Vilhena. *Recopilação de notícias, Soteporalitanas e brasílicas*, publicado com o título *A Bahia do século XVIII*, vol. 1, pág. 185, Editora Itapoã, John Mawe Journey into the Interior of Brazil. In: *Colonial Travelers in Latin America*. Pág. 213. Borzoi Books on Latin America. Von Spix e Von Martius. *Através da Bahia*. Pág. 89. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916. É interessante notar que se chegou a tentar, em 1701, a regulamentação do costume segundo o qual um dia da semana o escravo trabalharia para si próprio. Stuart B. Schwartz, op. cit., pág. 173. Por outro lado, Couty, em entrevistas a fazendeiros do Vale do Paraíba, chegou à conclusão de que cerca de 1/5 da mão-de-obra escrava estava dedicada à cultura e preparo de alimentos para os escravos. Louis Couty. *Étude de Biologie Industrielle sur le Café*, citado por Stanley J. Stein; *Grandeza e Decadência do Café*. Pág. 201, nota 17.

38. Luiz dos Santos Vilhena, op. cit., pág. 185.

Evidentemente, a estabilidade da renda da escravidão será atingida se uma parte do consumo do escravo for coberta por compras em mercado. Em tal caso, a “renda” passa a depender dos preços relativos destas mercadorias, face aos produtos exportados. Ainda assim, no entanto, se as mercadorias adquiridas para uso dos escravos forem, por sua vez, produzidas por escravos, a “renda da escravidão” permanece, em princípio, inalterada, passando a ser determinada num conjunto maior (que engloba os escravos produtores de *slave goods*)<sup>39</sup>.

A renda da escravidão constitui uma relação cuja importância não é facilmente percebida. Do ponto de vista do proprietário, a distribuição de tarefas relevantes se dá entre a grande lavoura, o engenho e a casa-grande – além do que, a própria estabilidade da renda desvia a atenção para outros fatores, cuja *instabilidade* se traduz em substanciais ganhos e perdas. Por outro lado, a anteprodução escravista é relegada, em grande medida, a momentos de folga das atividades centrais. Por fim, a preservação da vida e da saúde do escravo coincide obviamente com o interesse mercantil do proprietário! Existem, pois, razões mais que suficientes, para que – como observou Marx – “no trabalho

39. Existe a nosso ver uma forte tendência a *sobreestimar* a especialização das explorações escravistas. Não há dúvida de que o fenômeno foi mais de uma vez observado. Antes de mais nada, nas pequenas ilhas do Caribe, por escassez absoluta de terras. Também no café, em São Paulo e após os anos 50 do século passado, parece ter-se verificado o fenômeno. O fato, apontado repetidas vezes por Viotti, é a nosso ver merecedor de novas análises. A elevação do preço do café, que figura na Introdução e à página 133 de sua importante obra como a principal causa da especialização, não pode desde logo explicá-la. Só se o plantio – a expansão da lavoura em resposta à alta – fosse incompatível com o cultivo de alimentos, o que reconhecidamente não é o caso. A rigor, somente se o café chegasse a absorver todas as terras e/ou todo o trabalho, seria a especialização necessária. Em certos e determinados casos, porém, ela poderia ser conveniente – por exemplo, quando se revelasse possível alugar escravos nas brechas do calendário agrícola.

Sem prosseguir na argumentação, que retomaremos em outro contexto, lembremos que no algodão americano, por exemplo, independentemente dos *preços*, e dado que se podia plantar o dobro do que se podia colher (por braço escravo), a terra “ocupada por outras culturas era igual ou mesmo maior que a ocupada pelo algodão” (Shannon, pág. 287). No entanto, lá também era bastante generalizada a impressão de que as propriedades eram “especializadas”. Uma análise do censo de 1860, recentemente realizada, tornou contudo patente que as propriedades (especialmente as grandes) eram basicamente auto-suficientes no que se refere às necessidades dos escravos (Gallman, 1970).

Cannabrava afirma que o engenho Sergipe do Conde “produzia apenas açúcar, adquirindo todas as demais mercadorias necessárias à sua manutenção” (pág. 200). A autora parece no entanto contradizer-se (págs. 206 e 208), o que não surpreende, dado que, segundo Antonil e Pereira, existiam no engenho numerosas “roças” e currais.

Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. Difusão Européia do Livro. F. A. Shannon. *America's Economic Growth*. Macmillan, 1951. Robert E. Gallman. *Self-Sufficiency in the Cotton Economy of the Antebellum South*.

Frederic Mauro, op. cit. Cannabrava, op. cit.

dos escravos, até a parte da jornada que o escravo não fazia mais que repor o que consumia para viver, e em que, trabalhava para si, se apresentasse exteriormente como trabalho realizado para seu dono<sup>40</sup>.

A importância do conceito de renda da escravidão, no estudo da acomodação às crises e de certas tendências de longo prazo, ficará no entanto patenteada no que se segue.

## V – AUGÉ, ESTABILIZAÇÃO E DECLÍNIO DE REGIÕES

Retornemos à rede de fornecedores de produtos tropicais e à hierarquia ali existente entre regiões “superdotadas”, membros efetivos da cadeia, e zonas “residuais”.

Contemplemos, de início, o caso de uma região que desponta como uma área altamente privilegiada e, mais tarde, perde posição, logrando no entanto atingir um relativo equilíbrio, consolidando-se como membro efetivo da rede. No trajeto que se estende da posição de fronteira à “maturidade”, verificam-se diversas transformações. Resaltaremos apenas aquilo que nos parece essencial na transição.

Na fase de abertura ou “descoberta” da nova área, o trabalho escravo obtém elevada produtividade física. Vendido o produto, deverá ficar em mãos do senhor uma grande soma, que lhe permite liquidar débitos, cobrir gastos correntes, e dar entrada na aquisição de mais escravos. Surgem novas e novas propriedades e cresce, por toda parte, a área efetivamente explorada. Os senhores decidem entre ampliar a exploração de propriedades já existentes e a formação de novas propriedades, segundo considerações que têm em conta os meios de transporte e a disponibilidade de terras. As propriedades inicialmente constituídas recebem melhorias, enquanto surgem novas explorações; a região como um todo cresce absorvendo mais e mais escravos, e ocupando mais e mais terras.

Nesta etapa, as transformações mais importantes verificam-se *internamente*: desbravamento de terras, abertura de caminhos e busca da escala operativa adequada. Ao contrário do que muitos crêem, as explorações escravistas têm o seu tamanho adequado – que varia segun-

40. K. Marx. *O Capital*. Fondo de Cultura Economica, vol. I, pág. 452.

do a cultura e o estágio em que se encontram as técnicas<sup>41</sup>. Já Brandonio, aliás, se preocupava com as dimensões que deveria ter o engenho e se refere a “outros engenhos de menor porte” que são de “pouco proveito para seu dono”. Para ele “é necessário (que o engenho) tenha cinquenta peças de escravos de serviço bons, quinze ou vinte juntas de bois” etc.<sup>42</sup>. Capistrano chegaria mesmo a conceber um engenho “esquemático” dispondo daquilo de que se necessita para operar com o devido proveito<sup>43</sup>. Segundo depoimento de um comentarista de meados do século XVIII, “com menos de quarenta escravos não pode engenho algum fabricar açúcar moendo redondamente”<sup>44</sup>.

Um importante fator na determinação da escala a que deve operar o engenho é a fonte de energia utilizada. Um trapiche movido a bois enfrenta limites técnicos que o fazem definitivamente inferior a um engenho “real”, movido a água. Este também encontra seus limites, ditados, entre outros fatores, pela forma rudimentar da captação da água (que prevalece ao longo de todo o período colonial). Além da capacidade de beneficiamento dos engenhos, um outro fator limitante do tamanho da exploração consiste no sistema de transportes: existe uma distância máxima, a partir da qual o transporte de cana começa a tornar-se excessivamente demorado, em prejuízo do aproveitamento posterior da cana.

Quer como resultado do próprio aumento das exportações, quer como reflexo de uma nova onda de abertura de novas áreas, suponhamos agora que as cotações do produto de exportação comecem a declinar, enquanto tendem a elevar-se os preços dos escravos. Cai a receita obtida por escravo, enquanto eleva-se o seu custo, sendo as explorações colhidas por um movimento duplamente negativo das tenazes preço e custo.

Em tais condições, tem início o processo de amadurecimento anteriormente referido.

Ao nível das propriedades, trata-se mais que nunca, de aprimorar caminhos e melhorar as condições de beneficiamento e armazenagem de produtos. Consolida-se assim a estrutura técnica das explorações.

As principais medidas a serem tomadas com a chegada da maturidade residem no entanto *fora* da propriedade. Os senhores tendem a ver – e denunciar – os movimentos adversos dos preços, como atitudes

41. Para uma estimulante confrontação entre técnicas e tamanhos característicos, no açúcar e no fumo, vide Fernando Ortiz, *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azucar*. Barcelona, Ariel, 1973.

42. Brandonio, op. cit., pág. 139:140.

43. Capistrano de Abreu, introdução a *Diálogos*, op. cit., pág. 14.

44. Citado por John Normann Kennedy na HAHR, agosto de 1973, pág. 417.

do comércio. Partem, então, para a construção de defesas – garantias de preços, facilidades de crédito, proibição de penhora – aproximando-se, para tanto, se possível, dos centros de poder. Assim, por exemplo, através do decreto régio de 1713 (período que marca o início do apogeu das novas colônias francesas), os senhores baianos teriam obtido, para si, dois dos cinco lugares (cabendo os demais a dois comerciantes e um juiz de fora) da comissão que decide sobre os preços do açúcar<sup>45</sup>. Uma outra estratégia de defesa constitui-se na obtenção – ou consolidação – do direito de não penhora. Gaioso recordaria com lamentos a época em que, no Maranhão, se isentava a agricultura de execuções judiciais, “limitando somente a penhora nos fructos”<sup>46</sup>.

O caso mais notável de montagem de um esquema de defesa verificou-se, no entanto, nas Índias Ocidentais. Os senhores daquelas ilhas, concluída a rápida fase de implantação, buscaram (e lograram) montar mecanismo de pressão que, atuando diretamente sobre o Parlamento inglês, garantiram a preservação, por um longo período, de grandes privilégios<sup>47</sup>.

No Brasil, a atuação dos senhores de engenho, buscando em vários planos defender-se de fatores adversos, foi recentemente ressaltada por um estudo que focaliza a Bahia na segunda metade do século XVIII<sup>48</sup>. É bem possível que a ação dos senhores tenha sido, desde sempre, muito mais relevante do que deixa entrever a historiografia brasileira. Este tipo de ação não seria contudo percebido – e sobretudo destacado – por autores como Oliveira Viana e Gilberto Freyre, dada sua concepção do senhor<sup>49</sup>. Em outras fontes, a arraigada convicção de que nas relações metrópole-colônia estas eram subordinadas e passivas dificultaria também a percepção da militância protecionista dos senhores.

Sumariando, na fase de maturação, os senhores transportam-se para a arena da circulação, tentando impor um controle mercantilista de preços a mercados. Na medida de suas possibilidades, fortalecem instâncias locais (sob seu controle) de poder, ou mesmo se infiltraram nos centros metropolitanos – não raro como lordes e barões absenteístas. No mais, compram (ou autorizam a compra de) escravos que en-

45. C.R. Boxer. *A Idade de Ouro do Brasil*, pág. 313: Brasiliense 341.

46. Raimundo José de Souza Gaioso. *Compêndio Histórico Político da Lavoura do Maranhão*. Col. S. Luis, vol. I, pág. 252, 1970.

47. A montagem e, mais tarde, a destruição do *lobby* do açúcar é vivamente apresentada por Eric Williams, op. cit.

48. Kennedy, op. cit., *Bahian Elites, 1750-1822*.

49. Eduardo D'Oliveira França, op. cit., contrariamente, ao sublinhar a face mercantil dos senhores, ataca com vigor as visões feudal e patriarcal.

das explorações. Neste sentido – e raciocinando no limite – praticam uma forma anômala de *putting-out*.

Evidentemente, a maturação pode também significar muito menos e esta foi a regra no Brasil. A própria metrópole, aliás, com seu exíguo mercado interno, limitava as possibilidades deste protecionismo às avessas. A maturidade significava, então, algo entre um equilíbrio precário, e uma crise crônica.

Tomaremos agora o caso de uma região que, de início, apresenta-se superdotada mas, posteriormente, perde posição, e, não conseguindo estabilizar-se, termina como área residual. A história contempla várias experiências em que isto se verifica. Entre nós, e para tomar uma experiência bastante conhecida, poderíamos apontar o caso do Maranhão no último quartel do século XVIII. Esta experiência foi descrita e analisada por um espírito lúcido e combativo. Raimundo José de Souza Gaioso<sup>50</sup>. No que se segue, não nos prenderemos, contudo, às circunstâncias históricas maranhenses. Buscaremos, uma vez mais, ressaltar aspectos essenciais da involução, pela qual se atinge a situação de área residual.

A seqüência tem início com a perda de posição de uma área até então superdotada. A abertura (ou recuperação) de terras melhor dotadas pressiona no sentido da queda do preço dos produtos, e da elevação do preço dos escravos. Os porta-vozes da lavoura levantam seus protestos e tentam obter garantias de preços e outras formas de proteção. Basicamente, não podem suportar “o horroroso preço a que tem chegado a escravatura” e “o ínfimo preço a que se acha reduzido o algodão”<sup>51</sup>.

Suponhamos que a perda de posição na hierarquia de produtores siga seu curso, alheia ao clamor e aos esforços dos senhores. Em tais circunstâncias, o lógico seria transferir-se para novas áreas – o que parece ter sido feito, por exemplo, por senhores da Virgínia, ao aprofundar-se a crise do fumo e ganhar impulso o surto algodoeiro do Novo Sul. Existem, no entanto, barreiras de toda ordem a movimentos deste tipo. Diante delas, surge como uma possibilidade a *acomodação* ao declínio.

Prosseguindo a piora das condições, atinge-se um ponto em que o cativo já não mais se paga. O racional, mais uma vez, seria liquidar o negócio – basicamente, pela venda dos escravos. Admitamos, no entanto, que o senhor se adapte à progressiva deterioração das condições financeiras da exploração. Entre outras medidas, reduz a aquisição de

50. R. Gaioso, op. cit.

51. Gaioso, op. cit., pág. 227.

escravos e, possivelmente, incorpora “moradores” e outras formas de trabalho livre<sup>52</sup>.

Diante deste quadro, os próprios traficantes de escravos, em busca de clientes mais sólidos, buscarão de preferência outras regiões<sup>53</sup>.

A crise revela, em primeira instância, uma posição de debilidade, seja em termos de competição intercolonial, seja no que se refere à montagem de esquemas defensivos. A própria crise se encarrega, no entanto, de revelar – a outro nível – a solidez da lavoura escravista. É que o proprietário tem sob seu comando o trabalho excedente dos cativos – aparentemente “todo” o tempo de trabalho. E esta quantidade de trabalho nada tem a ver com o movimento de tenazes (queda do preço do produto e aumento do preço do escravo) que atinge o proprietário somente em suas relações mercantis.

Ao reduzir substancialmente a aquisição de escravos, o proprietário dilui um de seus principais vínculos com o capital mercantil<sup>54</sup>. No que se refere à colocação de produtos no mercado, ele agora – tendencialmente – vende aquilo que obtiver, pelo preço que lhe pagarem. Repetidas vezes, entre a lógica do comércio e o apelo da base escravoterra, renegou a primeira e ficou com a segunda. Ao fazê-lo, descaracteriza-se como representante rural da engrenagem mercantil, instalando-se solidamente sobre a terra e os escravos de sua propriedade. Entrincheirado na renda da escravidão, poderá agora resistir longamente à exploração “morre de pé”, e, no seu topo, começa a desenhar-se o legendário senhor patriarcal...

Enquanto esta área submerge, outras se afirmam, e a história

52. Obviamente, este não é o lugar adequado para o tratamento da questão da transição para o trabalho livre em zonas residuais. Para o estudo do fenômeno, no caso de Pernambuco e a meados do século XIX, muitas evidências e interessantes sugestões foram apresentadas por Peter E. Eiseberg e J. H. Galloway. Do primeiro vide *Abolishing Slavery, The Process on Pernambuco's Sugar Plantations*. In: HAHR, nº 52, 1972, págs. 580:597. Do segundo, *The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil*. In: HAHR, nº 51, 1971, págs. 586:605, e *The Sugar Industry of Pernambuco During the Nineteenth Century*. Annals of the Association of American Geographers, Junho de 1968.

53. Watjen, por exemplo, descreve como os “negreiros” seriam desviados de Pernambuco para Barbados, ao aprofundar-se a crise do Brasil holandês e despontar a pequena ilha açucareira inglesa. Herman Watjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Pág. 490. Brasiliana 123.

54. A busca de um novo equilíbrio interno supõe o aumento da taxa normal de reprodução dos escravos. Isto só pode verificar-se a longo prazo, e à medida que se normalize a estrutura da população escrava, a qual, especialmente nas fases de rápida expansão, tende a ser fortemente dominada por adultos do sexo masculino. Sobre os fatores que deprimem a reprodução da população escrava, vide Agostinho Marques Perdigão Malleiros: *A Escravidão no Brasil*. São Paulo, tomo II, Edições Cultura, parte III, cap. 5.

prossegue. O capital mercantil, de sua parte, rola no espaço, seguindo o ponteiro dos lucros<sup>55</sup>.

## VI – DINÂMICA DA REDE DE REGIÕES ESCRAVISTAS: A RENDA DIFERENCIAL

A expansão das zonas superdotadas tende a provocar a queda das cotações do produto e a alta dos preços dos escravos – dificultando a situação das demais regiões. A elevação do preço do escravo tende, por sua vez, a provocar uma transferência de renda em favor dos traficantes e contra a rede de provedores. Em outras palavras, a elevação do custo da mão-de-obra se traduz em “vazamento” de renda. Contrariamente, caberia ressaltar que, a elevação dos salários no capitalismo, ao ampliar mercados, retroalimenta, em princípio, a dinâmica do sistema.

Nas regiões estabilizadas, o escravo gera o suficiente para financiar sua reposição, pagar os demais gastos produtivos e custear o luxo da classe proprietária. O arrefecimento da entrada de novos “capitais”, e possivelmente o início da saída de recursos para outras regiões, são indicadores de que a rentabilidade do dinheiro aí empregado aproxima-se do esperado em outras áreas. Como já foi assinalado, a importância dessas áreas na rede de provedores provém de suas tentativas no sentido de estabilizar preços, proteger mercados e impedir a abertura de novas áreas<sup>56</sup>. Estes membros efetivos da rede têm, pois, um papel conservador – e uma vocação “mercantilista” – confluindo seus interesses com o de certos grupos mercantis metropolitanos.

Nas regiões residuais, o produzido por escravo não permitiria a sua reposição ao custo de mercado. Se avaliarmos o capital das explo-

55. Algumas das idéias presentes neste item provêm de trabalhos anteriores, destacando-se “A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro”, incluído no II volume de *Sete Ensaios Sobre a Economia Brasileira*. A. B. Castro, Forense, 1971.

56. Após a anexação da Jamaica, os ingleses detiveram sua expansão no Caribe por um século, o que se explica pela política restritiva dos senhores do açúcar, que temiam o efeito da conquista de novas áreas sobre o mercado inglês. O congelamento do Caribe britânico contrasta certamente com o expansionismo inglês no Continente, onde não havia por que conter a fronteira. Richard S. Dunn. *Sugar and Slaves*, New York, The Norton Library, 1972, pág. 21.

rações aí situadas pelo valor de mercado de seus escravos, concluiremos que elas dão “prejuízo” – consideração desprovida de sentido, vista a questão pelo prisma dos senhores aí existentes. A importância dessas áreas na evolução da rede decorre de sua atuação sobre os preços, tendente a deprimi-los. Com efeito, a redução de suas necessidades correntes permite-lhes liquidar safras praticamente a qualquer preço. Além do mais, as áreas residuais podem com o tempo vir a englobar uma grande massa de explorações semi-ativas, que podem a qualquer momento “desencalhar”, em decorrência da melhoria das condições de mercado.

Para economistas de filiação clássica não seria difícil perceber que o fenômeno das diferenças de produtividade tinha forte presença – e implicações – no mundo colonial. Merivale chegaria mesmo a apontar a diferenciação de solos como o mais importante elemento na economia das zonas tropicais: “nem o capital nem a abundância de trabalho jamais se mostraram capazes de competir na agricultura tropical com as vantagens de um solo novo e fértil”<sup>57</sup>.

Sabemos, no entanto, que a hierarquia das regiões não é um simples resultado de suas diferentes qualidades naturais. Entre outros fatores, os custos de transportes e os próprios resultados obtidos pelos senhores, visando a obtenção e preservação de vantagens e privilégios, afetariam decisivamente o valor do produto obtido por escravo.

Suponhamos que, tidos todos estes fatores em conta, pudéssemos distribuir as regiões segundo uma escala descendente de rendimento médio do trabalho escravo. Se esta escala fosse ricardiana – e capitalista – a última região explorada seria aquela em que o produto por trabalhador apenas cobriria os salários e os lucros “normais”. No nosso caso porém a escala prossegue através das áreas residuais, onde simplesmente não tem sentido o cálculo capitalista. Além do mais, não há que pagar salários e sim que repor a mão-de-obra cativa, pagando seu preço acrescido dos juros de mercado. A taxa de reposição da mão-de-obra não é, porém, algo tecnicamente definido. Sabe-se, apenas, que o “desgaste” do escravo tende a ser maior nas áreas recém-implantadas. A abertura de Cuba para o açúcar, por exemplo, acarretou uma intensificação do uso do escravo, que se traduziria em elevação da taxa de reposição, supostamente, de 3 para 5 e 8% ao ano<sup>58</sup>.

Não obstante definida a partir de diferenças de solo, a renda diferencial tem um papel semelhante aos sobrelucros derivados da inovação tecnológica no capitalismo. Da mesma forma que o sobrelucro

57. Citado em Sidney W. Mintz: *Labor and Sugar in Puerto Rico and in Jamaica, 1800-1850*. In: *Slavery in the New World*. Editado por Laura Foner e Eugene D. Genovese, Prentice-Hall Inc., 1969.

58. Julio le Riverend. *Historia Economica de Cuba*. Ariel, 1972, pág. 141.

tecnológico, a renda diferencial é uma fonte de recursos de que se nutre a expansão, e um fator responsável pela redução tendencial dos preços do produto. A inovação, no entanto, é um produto engendrado pelo sistema. As vantagens de que dispõem as áreas sobredotadas, contrariamente, são seu monopólio natural. Assim sendo, a resposta a elas será buscada na esfera política; quer a política dos senhores, quer a política das metrópoles.

## VII - O PREÇO E O CUSTO DO ESCRAVO

O preço do escravo é uma categoria econômica específica da escravidão<sup>59</sup>. Isto posto, é preciso distinguir entre a determinação do preço desta especialíssima mercadoria e o papel deste preço na dinâmica do escravismo colonial.

Ao ser o escravo adquirido do traficante, seu *custo* nada tem a ver com a economia exportadora de artigos coloniais. Ele será ali apenas consumido, na qualidade de “fôlego vivo”. A procura do escravo, contrariamente, reflete a capacidade produtiva deste, avaliada pelo que ele deverá produzir. Aquilo que o comprador tem em vista é, em última análise, o destino a ser dado à renda da escravidão.

O pago pelo escravo na África, acrescido dos custos de transporte (e seguro), fornece-nos o custo de oferta. A ele se contrapõe um preço de demanda, que resulta da avaliação do escravo por aquele que o compra. Obviamente, os senhores das regiões superdotadas se dispõem a pagar mais pela obtenção de escravos, havendo, em princípio, uma escala decrescente de avaliações: o preço que satisfaz em Cuba é “horroroso” no Maranhão e simplesmente inacessível em São Paulo<sup>60</sup>.

O custo de oferta dos escravos esteve, durante muito tempo, substancialmente abaixo do preço de mercado: prova disto, a feroz disputa pelos *asientos*, mediante os quais se obtinha o privilégio de fornecer es-

59. A. V. Chayanov. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems. In: *The Theory of Peasant Economy*. American Economic Association Irvim, 1966.

60. Quanto ao Maranhão, Gaioso, op. cit.; sobre São Paulo, por exemplo, o capítulo I de *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, de Maria Thereza S. Petrone Difusão Européia do Livro, 1968.

cravos a determinada região. Tendo em vista as condições de demanda e a atitude dos demais traficantes, o negreiro estabelece seu preço e, com ele, sua margem de lucro. Como em outras situações de mercado oligopólico, existirá uma certa indeterminação na fixação dos preços, já que estes são influenciados por táticas comerciais, acordos políticos etc. Os lucros e tributos auferidos sobre o tráfico constituem, como já foi assinalado, um vazamento de recursos que comprime a rentabilidade das plantações e arrefece a marcha da fronteira. Trata-se de uma redistribuição de renda “por cima”, contra o setor produtivo e a favor dos interesses mercantis-financeiros.

O que precede se modifica profundamente se admitirmos que uma fração dos escravos é “produto” das próprias explorações escravistas. A “criação” de escravos não parece contudo ter sido jamais organizada como tal – ao contrário do que supõe Simonsen, que chega a falar em “safras” das “fazendas de criar”<sup>61</sup>. Houve sim, nos Estados Unidos como no Brasil, vultuosas vendas de escravos de regiões decadentes, para áreas superdotadas. E isto se deu numa fase em que, aqui como lá, as populações escravas apresentavam taxas positivas de crescimento<sup>62</sup>. Isto porém, por si só, não implica “criação”. Interesse pela reprodução natural houve por toda parte – e tanto mais quanto mais alto o preço do cativo. A alimentação das crianças não deixava contudo de provir daquelas obscuras atividades em que o escravo trabalhava para si, e onde não teria sentido estimar o “custo” do escravo<sup>63</sup>.

Com relação aos escravos produzidos na rede, a elevação do preço do cativo significa basicamente transferência de renda das zonas em expansão (compradoras) para as zonas estagnadas ou em declínio. Tem pois um efeito negativo sobre a expansão da rede, ao extrair recursos de investidores e colocá-los em mãos de senhores “maduros” ou mesmo “residuais”.

O preço dos escravos tende a mover-se no sentido das cotações dos produtos de exportação<sup>64</sup>. Em outras palavras, a uma elevação

61. Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil (1500/1800)*. Editora Nacional, pág. 143. O primeiro autor a negar, com base empírica, a existência da criação sistemática de “gado humano” foi Phillips, em seu famoso *American Negro Slavery*, de 1918. Fogel e Engerman retomam o tema com vigor usando argumentos de ordem demográfica e copiosa massa de dados. Vide o Mito da Criação de Escravos, parte do capítulo 3 de *Time on the Cross*. Boston, Little, Brown and Company, 1974.

62. J. H. Galloway, op. cit., pág. 298.

63. Obviamente, ali onde a alimentação dos escravos fosse adquirida em mercado, como em geral nas Índias Ocidentais, faria plenamente sentido calcular o custo da criação. Lewis C. Gray, pág. 76, extrato de *History of Agriculture in The Southern United States to 1860*, em Aitken op. cit.

64. Phillips, op. cit., pág. 54, em Aitken, op. cit.

de preços dos produtos tropicais tende, em princípio, a corresponder um movimento alista nos preços dos escravos (e vice-versa). A solidariedade destes movimentos foi observada; o que parece não ter sido percebido é o seu significado na dinâmica do escravismo colonial. A primeira decorrência do fenômeno é o fato de que a carestia do escravo, antes de constituir um sintoma de crise, constitui um indício de que a rede está operando em condições favoráveis<sup>65</sup>. O grave problema acarretado pelo paralelismo é, por outro lado, que ele só tende a ser observado, a cada época, no ramo dominante de escravismo colonial. A questão pode ser observada dentro do marco histórico brasileiro: a ascensão vertiginosa do ouro teve conseqüências desastrosas para o açúcar; posteriormente, o êxito do café no sul pressionaria no sentido da alta do escravo, tornando mais uma vez impraticável a sua aquisição em zonas açucareiras<sup>66</sup>.

## VIII – PROGRESSO TÉCNICO

“A inferioridade do trabalho escravo com respeito ao homem livre, inclusive da mais baixa classe industrial, é proverbial”, declarava F. A. Walker, em 1870<sup>67</sup>. Difícilmente se poderia sintetizar em tão poucas palavras uma das mais enraizadas convicções da esmagadora maioria daqueles que estudaram a escravidão. Coube a Cairnes, talvez, a mais taxante e influente denúncia da inépcia do trabalho escravo, que é “dado relutantemente; é inábil e desprovido de versatilidade”<sup>68</sup>. O endosso por Marx da tese de Cairnes – “neste regime de pro-

65. Isto parece ter sido percebido por Gray, pág. 83, e levantado como um dos argumentos contra a tese da autodestruição do sistema escravista no Sul dos Estados Unidos, defendida em caráter pioneiro por Phillips. Ambos em Aitken, op. cit.

66. Evidentemente, a cessação do tráfico exerceu pressão altista pelo lado da oferta. A alta produtividade do café permitia contudo que os fazendeiros ratificassem esta tendência, pagando preços insuportavelmente elevados, digamos, no Nordeste. Peter L. Eisemberg, op. cit., pág. 583.

67. Citado na *História del Pensamiento Economico*, Edmundo Whittaker, pág. 603, Fondo de Cultura Economica.

68. Cairnes em Aitken, op. cit., pág. 28.

dução impera o princípio de não empregar mais que ferramentas toscas, pesadas, mas difíceis de destruir”<sup>69</sup> – bem como das (contraditórias) observações de Olmstead, muito fária para reforçar e difundir a convicção.

Entre nós, a inferioridade do trabalho escravo e sua inadaptação a técnicas modernas é tema presente num grande número de autores, e tem seu mais incisivo expositor em Louis Couty. Recentemente, Novais retomaria o tema, afirmando que a “estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas; o escravo, por isso mesmo que escravo, há que manter-se em níveis culturais infra-humanos... logo, não é apto a assimilar processos tecnológicos mais adiantados”<sup>70</sup>.

Advirta-se, de início, que aos observadores contemporâneos do surto escravista do Novo Mundo jamais ocorreria pensar que o trabalho escravo fosse incompatível com o avanço das técnicas. Isto seria negar algo que justamente os fascinava: a complexidade e potência dos grandes engenhos hidráulicos operados por escravos. Referindo-se a eles, diria Frei Vicente do Salvador que “em nem uma outra cousa se ocupam os engenhos e habilidades dos homens tanto como em inventar artificios com que o façam, e porventura por isso lhe chamam *engenhos*”<sup>71</sup>. Mais tarde, afirmaria Antonil, referindo-se às “oficinas em que se fabricam o açúcar”: “quem quer que as vê e considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano”<sup>72</sup>.

Finalmente, e já nos últimos dias do escravismo, o profundo conhecedor deste regime que era Joaquim Nabuco diria que a escravidão havia sido “vivificada e alentada pelo vapor e pela locomotiva”...<sup>73</sup> Sendo o vapor e a locomotiva autênticos símbolos do progresso técnico (e das forças produtoras capitalistas), vê-se o quanto o lúcido Nabuco distava, a esse respeito, de preconceitos amplamente difundidos, ontem como hoje.

69. Marx, *O Capital*, vol. I, pág. 147.

70. Novais, op. cit., pág. 54.

71. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil, 1500–1627*, pág. 420. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931, 3ª ed., revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia.

72. Antonil, op. cit., pág. 7. A este tempo, segundo consta, certas técnicas empregadas pelos “pioneiros” na América do Norte, haviam retrocedido para o nível do século décimo-terceiro na Inglaterra.

Richard S. Dunn, op. cit., pág. 223. Observe-se que a involução de técnicas agronômicas pode, no entanto, trazer consigo uma maior adaptação às condições do Novo Mundo. Vide, a propósito, os penetrantes comentários de Sergio Buarque de Holanda em sua *Introdução às Memórias de um Colono no Brasil*, Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo, 1972.

73. Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1977, pág. 144.

Nos Estados Unidos, a possível melhoria das técnicas em explorações baseadas no trabalho escravo foi no entanto percebida e incentivada por muitos. Aliás, a descaroadora mecânica do algodão, um dos inventos que mais impacto teve na primeira fase da Revolução Industrial, varreu com espetacular rapidez o sul dos Estados Unidos – e permitiu a anexação de amplas áreas à lavoura escravista. A redução dos custos na produção de algodão, observada de 1794 a 1880, mereceria, mesmo, todo um capítulo na já mencionada obra de Gray<sup>74</sup>. Recentemente, e centrando-se sobre a escravidão urbano-industrial, Starobin<sup>75</sup> mostra, exaustivamente, que o trabalho cativo vinha sendo empregado com êxito, nas décadas que precedem a Guerra de Secessão, em indústrias e meios de transporte modernos. Fogel retomaria o tema numa perspectiva mais ampla, buscando evidenciar o preconceito racial que subjaz na posição de certos autores, para os quais a incompetência reside, em última instância, no negro e não no escravo<sup>76</sup>. Entre nós, esta última observação parece especialmente pertinente no caso de Couty, que conclui sua obra afirmando: “o negro bem-tratado, deixado tão livre ou mais livre que nossos domésticos europeus, não se torna melhor”, mantendo-se “incapaz de preencher seus deveres sociais e respeitar os direitos de seus concidadãos”<sup>77</sup>.

No que precede fica claro que não aceitamos a tese de que o progresso técnico fosse impedido por características próprias do trabalho escravo ao nível de desenvolvimento tecnológico atingido à época em que o escravismo vigorou no Novo Mundo. Não teria pois cabimento supor que a introdução de novas técnicas exigisse a superação do trabalho escravo. Enquanto foi possível dispor de um amplo manancial de mão-de-obra escrava, não faria sequer sentido – para os senhores – comparar as vantagens do cativo e do homem livre. Em outras palavras, não havia “escolha” de formas de trabalho e sim “abertura” de novas terras: se elas se revelassem aptas para o cultivo de gêneros coloniais, “no dia seguinte lá estariam os comerciantes de escravos... e a escravidão seria implantada.”\*

74. Trata-se do capítulo XXX de *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*, op. cit.

75. Robert Starobin. *Industrial Slavery in the Old South*. New York, Oxford University Press, 1970.

76. Fogel, op. cit., pág. 179.

77. Louis Couty, *L'esclavage au Brésil*, op. cit., pág. 84.

\* As idéias do autor, relativas à evolução das técnicas no escravismo e ao confronto escravidão *versus* capitalismo, encontram-se amplamente desenvolvidas em *Brasil, 1610: Mudanças Técnicas e Conflitos Sociais*. Pesquisa e Planejamento Econômico, dezembro de 1980; e, sobretudo em *A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*, na coletânea *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, organizada por J. R. Amaral Lapa. Vozes, 1980.

## COMENTÁRIOS E RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES



## *Eduardo de Oliveira e Oliveira*

Antes de passarmos ao nosso comentário, que é breve, gostaríamos de fazer uma pequena digressão. Temos tentado acompanhar os trabalhos críticos de história comparada das relações raciais desenvolvidas nos Estados Unidos, trabalhos esses que contêm projeções críticas aos processos escravistas brasileiros. Sente-se que esses trabalhos são o produto de um confronto do que se tem feito no campo entre cientistas negros e brancos. É impossível, hoje em dia, escrever-se, nos Estados Unidos, desconhecendo-se o pensamento de um Franklin Frazier, Nathan Hare, Douglas Davidson, William Cox, Kenneth Clark, Ralph Ellis e outros. Isto nos reporta a outro fenômeno nem sempre levado em consideração: o da juventude da institucionalização do pensamento científico no Brasil e, com isso, da dos próprios cientistas.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi criada em 1935; a Universidade Howard para negros, na América, data de 1867. O cientista social norte-americano que trabalha com temas raciais sabe que tem um público negro não só atento, mas qualificado e preparado para absorvê-lo, criticá-lo, aceitá-lo ou não. A nossa democracia racial ainda não nos permitiu um tal confronto. Qual a nossa postura, enquanto cientista social, em face de um trabalho ou pensamento com o qual não estamos (o grupo negro) familiarizados e que, obviamente, não tem em mira um público específico?

A partir de uma postura nossa, todo um problema de estilo, de método, se impõe. Tomamos como premissa que, “estando todo pensamento intimamente ligado à ação, não se tem mais, legitimamente, o direito de se falar em ciência da sociedade ou de sociologia. O conhecimento que um ser tem de si mesmo não é ciência, mas consciência; não havendo pois uma sociologia conservadora e uma sociologia dialética, nem uma consciência de classe burguesa ou proletária, exprimindo-se no plano da descrição ou da explicação dos fatos humanos.” Isto pos-

to faz com que nos apresentemos com uma consciência racial e de classe.

Segundo uma caracterização antológica do Prof. Fernando de Azevedo, cultura no Brasil é elite, e nós, os negros, por raça e classe, não somos esta elite como também não fazemos parte das preocupações desta elite fora do nível de suas esporádicas preocupações acadêmicas.

Fique bem claro que nós não somos espectadores da escravidão, mas os legítimos produtos dela, em busca de uma teoria de ação.

Passemos ao comentário do trabalho.

Usando habilmente uma caracterização de Antonil, o autor nos dá um panorama da economia colonial partindo do capitalismo comercial com projeções no capitalismo industrial, onde a força motriz é o trabalho escravo. Porém, por mais habilmente que tenha sido construído esse modelo de análise econômica, saímos sem conhecer a força motriz e motora desse processo, o escravo e o senhor, e as oportunidades não faltaram. Parece-nos que o escravo é sempre tratado como uma categoria econômica manipulada. O Prof. Castro pode acusar-nos de subjetivismo. Nós temos o defeito de, para tudo o que lemos sobre negros, fazermos sempre a pergunta: O que isto me explica? O que isto nos explicita?

Um dos cientistas mais importante atualmente nos Estados Unidos, Kenneth Clark, foi procurado para dar uma opinião e avaliação sobre *Time on the Cross*, de Fogel, enfim, sobre tudo o que a obra encerra. Neste trabalho há momentos, através da quantificação, em que fica caracterizado que os escravos não só eram bem vestidos, muito bem alimentados, mas que tinham, afinal de contas, um coeficiente de proteínas, na alimentação, maior do que a população americana em 1964. A única avaliação que Kenneth Clark fez foi, ao responder, perguntar aos autores se eles recomendavam a volta à escravidão! É que, inconscientemente, ou conscientemente, nós, os negros, projetamos tudo para explicar a condição social do negro nos dias de hoje.

Os dois conceitos operacionais que regem a compreensão desse processo, o de renda diferencial e o de renda da escravidão, como ganhariam se conhecêssemos a estrutura social repressiva que está por trás disto! O Prof. Castro diz, na pág. 5, que é possível entender o movimento das modernas economias baseadas no trabalho escravo admitindo-se a existência de diferentes áreas de produtividade, algumas áreas aparecem como superdotadas. A partir deste fenômeno, seremos levados ao conceito de renda diferencial que opera como um princípio motor da rede de colônias escravistas. O exame da perda de posição das áreas superdotadas – e suas reações defensivas – nos levará ao es-

tudo das regiões maduras. Finalmente teremos em conta a submersão de regiões que passam a provedoras residuais... Aí nós dizemos: sendo a escravidão um sistema de trabalho forçado, de organização social, de disciplina racial e de classe, centrada como signo de condição servil, moldando uma consciência de diferenças raciais, como podemos perceber este sistema por trás destas áreas superdotadas, maduras, residuais? Não estariam certos momentos históricos envolvendo uma maneira de vida, uma concepção de condição humana, uma ideologia da sociedade, um conjunto de arranjos econômicos e de aparato cultural que relaciona senhores e escravos?

Sem querermos aqui, enfim, trazer mais uma das mitologias que surgem a cada tempo, gostaríamos de fazer uma citação de Marx. Diz ele: "Um negro é um negro; em certas circunstâncias ele torna-se um escravo. Apenas sob certas circunstâncias torna-se capital. Fora dessas circunstâncias não é mais capital do que o ouro intrinsecamente dinheiro, ou o açúcar o preço do açúcar. O capital é uma relação social de produção".

Então, nós perguntamos, por que não entender-se também, para o enriquecimento da análise, essa relação em termos de comportamento humano? Será possível através do conceito de renda diferencial saber-se se, na *plantation* capitalista, a humanidade era ou não um obstáculo à maximização? Ou se, em outras circunstâncias menos comprometidas, isso era, ou não, o caso? Nós achamos que compreendendo isto já teríamos meio caminho para começar a fazer uma revisão na sociologia brasileira, a começar por Gilberto Freyre com seus mitos de escravização diferenciada na América Latina e o mito do "bom senhor" de escravos. Para isto temos uma ótima indicação através da categoria "tratamento", estipulada por Genovese.

À pág. 12 diz o Prof. Castro: "É bem sabido que os escravos são o fundamento da economia colonial. Sem eles não é possível (isto é uma citação) fazer, conservar e aumentar fazendas, nem ter engenhos correntes". Isso é uma citação de Antonil, e o Prof. Castro conclui: "Não fica clara, contudo, a forma pela qual o escravo sustenta o todo do qual é a base".

De nossa perspectiva o interesse aqui se inverte. Para nós, não é claro como esse todo se sustenta tendo o escravo por base?

O Prof. Castro ainda apresenta um outro conceito, também importante, de renda da escravidão como sendo o trabalho excedente em benefício do senhor. Por que esta renda não pode ser conhecida através dos mecanismos repressivos? Que tipo de cultura, e a chamada subcultura, propiciam parte dessa renda? Será que o negro brasileiro é uma invenção do brasileiro? Como se organizam eles entre si? Como essa subcultura pode ser vista com relação à renda da escravidão? As

fugas, as insurreições, os assassinatos, os quilombos; todo um sistema de ação, e não apenas de defesa, fica sem sentido.

Agora, isto é uma informação que gostaríamos de saber aqui. No capítulo 7, comentando sobre o preço do escravo (não sei se ficará bem claro o que queremos perguntar aqui), diz: "... é preciso distinguir entre a determinação do preço desta especialíssima mercadoria e o papel deste preço na dinâmica do escravismo colonial". "O que precede se modifica profundamente se admitirmos que uma fração dos escravos é 'produto' das próprias explorações escravistas. A 'criação' de escravos não parece contudo ter sido jamais organizada como tal - ao contrário do que propõe Simonsen, que chega a falar em 'safras' das 'fazendas de criar'."

Que formulação teria que ser feita se conhecêssemos a existência de colônias de reprodução? Tipos de *breeding states*?

Quero trazer aqui uma informação: Num trabalho feito para a companhia Shell, sobre o negro no Brasil, o cineasta Paulo Gill entrevistou um ex-escravo de cento e poucos anos, no Rio de Janeiro (Petrópolis), que dissera ter sido sua função a de *reprodutor*.

Nós não temos mais nada a propor a não ser saudar o trabalho do Prof. Castro neste marasmo por que passam os estudos sociais no Brasil, e em particular os estudos sobre o negro.

O título é altamente significativo. "As mãos e os pés do senhor de engenho". Tem-se visto muito, e sempre as pernas e as mãos. A cabeça, até agora, não foi pensada nem estudada. Assim... podem nos atribuir tudo pela riqueza material da nação, mas, jamais nos culpar pela pobreza intelectual que nos cerca.

### *Gervásio de Castro Rezende*

No trabalho do Prof. Castro, as duas primeiras seções me pareceram desconectadas do resto, por isso, também tendo em vista que ele não as tratou na sua exposição, eu não vou perder tempo com duas questões que eu creio que mereceriam um comentário.

Meu primeiro ponto é que a versão que ele apresentou da interpretação marxista da gênese da escravidão foi uma versão que considero deficiente, e por isso penso que ele deu a entender que os elementos que leva em conta não são próprios desta interpretação. Esta é uma primeira questão, à qual, se necessário, podemos voltar.

O segundo ponto, bem rápido, é que é muito interessante esta relação entre propriedade da terra, tamanho da exploração, e escravismo, quer dizer, uma coisa muito necessária a colocar. Na minha tese, também isso é uma questão que coloco. Mas acho que ele não esclareceu como se dá aquela relação. De como a grande propriedade, o latifúndio, se deriva do escravismo. A minha impressão é que existe uma relação, e eu acredito que ele sentiu isto também. É importante colocar que há esta relação. Mas não penso que, no trabalho, ele esclareceu como essa relação se dá. Estou interessado nesse esclarecimento para meu uso.

Agora, vamos entrar, eu proponho, de uma maneira mais sistemática no conteúdo maior do trabalho. Esses dois pontos não são fundamentais para o trabalho como um todo. Em primeiro lugar, parece-me que este conceito de renda da escravidão tem uma importância chave no trabalho de Castro e, se isso não ficar entendido, muita coisa que ele procura colocar também não fica clara. É por isso que vou tentar apresentar a minha interpretação. No fundo, não se trata de aclarar a forma como se dá a extração do sobretrabalho no escravismo colonial. Castro sugere uma auto-suficiência na produção, digamos, do produto necessário. Isto é, o trabalho necessário não toma a forma de mercadoria. É isso que estaria na raiz de uma capacidade de sobrevivência da exploração escravista, mesmo sob condições adversas de mercado. A empresa (expressão que ele recusa, e eu também concordo que usar empresa é pecaminoso), a exploração, tem seus custos básicos cobertos internamente. E, por isso, consegue uma relativa autonomia *vis-à-vis* nos mercados. Tal característica é vista por Castro como tendo importância fundamental na dinâmica da economia escravista. Ainda em épocas de letargia ela sobrevive, bastando que seja capaz de repor a mão-de-obra, o que fica facilitado pela reprodução natural, ajudado, no caso destas áreas que estão em letargia, pelo fato de que o senhor se vale da mão-de-obra livre, como os moradores.

Enfim, entendi esta análise da forma específica como o sobretrabalho é extraído numa exploração escravista, e creio que isto tem uma importância crucial e está na base da análise que Castro faz da dinâmica e da estrutura da economia escravista. Se é para discutir o trabalho de Castro, acho que se deve partir disso, do ponto que ele próprio parte. A parte fundamental e a contribuição original de Castro, em termos de literatura sobre o escravismo colonial, é essa questão da hierarquia e dinâmica da rede de economia escravista.

Quer dizer, repisando o que ele já apresentou de maneira rápida, ele concebe, em primeiro lugar, num plano, uma região qualquer particular que tem uma trajetória de área de fronteira para área madura ou residual, isso ao nível de cada região. Qualquer região particular teve uma trajetória deste tipo. Em cada momento há sempre uma área

de fronteira. Por exemplo, em cada momento, no setor do açúcar, digamos, ou do café, há sempre uma área com condições de produtividade privilegiadas, que não são generalizáveis visto derivarem da fertilidade natural do solo. Existe, então, sempre uma dessas áreas de fronteira, e Castro coloca que, por causa disso, há uma tendência permanente para uma pressão sobre os preços dos produtos para baixo e dos preços dos escravos para cima.

O fato de haver essa área de fronteira implicaria um movimento de tenazes, como ele chama, um movimento de queda de preços dos produtos de exportação e alta do preço dos escravos. Ora, comparadas às áreas maduras e às residuais, essas áreas de fronteira teriam uma renda diferencial, enquanto as áreas maduras teriam apenas o lucro normal, entre aspas, como ele mesmo coloca; e simultaneamente ocorre uma descapitalização e um processo de crise crônica nas áreas residuais.

Ora, o que é interessante, e é aí que entra a importância desse conceito da forma como o sobretrabalho se apropria no escravismo, é que tanto as áreas maduras como as áreas residuais têm sua capacidade de resistência derivada da forma específica que assume a renda da escravidão. Quer dizer, por outro lado, essa mesma renda depende diretamente dos preços dos produtos de exportação, o que constitui a explicação dos esquemas de defesa. Com isso, Castro tenta mostrar que não são apenas os comerciantes metropolitanos que têm interesse em práticas mercantilistas. Nas próprias colônias, tendo em vista a forma específica como o sobretrabalho se apropria, surgem movimentos de defesa de preços etc. Isso porque, à medida que o sobretrabalho se materializa no sobreproduto, a renda está relacionada com o preço dos produtos de exportação. Daí, defender preço passa a ser defesa da renda.

Uma posição, um comentário que eu lembraria, talvez uma sugestão para o Castro, é que ele parece se inspirar em Rui Miller Paiva. Vi aí uma analogia com as análises do Rui Miller que creio não serem necessárias, ainda mais que as considero criticáveis. O Castro parece que reduz o processo de crise nas áreas que não são de fronteira a movimentos de preços de produtos e preços de escravos, quando ele mesmo enfatiza, no trabalho, a importância fundamental, nessas economias escravistas, da fertilidade do solo. Quer dizer, a própria passagem do tempo, o próprio fato de o café, por exemplo, já estar maduro, as zonas mais férteis dessas regiões maduras já são menores e as áreas residuais, muito mais. Logo, não é necessário que haja movimentos adversos das tenazes para que você tenha um processo de crise dessas regiões em função da permanência constante de entrada de zonas de fronteira. Na medida em que as zonas de fronteira tenham uma fertilidade natural maior, isso em si já implica condições adversas para as

regiões maduras e residuais.

Em vista disso, é necessário preocupar-se um pouco com esta ênfase de Castro neste movimento das tenazes, porque dá a entender que, desde o início do processo, há uma constante queda de preços nessa rede de economias coloniais, dá a entender que há um excedente, uma capacidade de produção excedente pressionando os mercados. Isso é próprio de Rui Miller.

Agora, quanto ao progresso técnico, venho tentando perceber, da mesma maneira como o Castro, essa questão. Eu tinha a intenção de expandir um pouco este problema, o que implicaria expandir muito a discussão, mas eu só vou lembrar duas coisas. Primeiro, essas análises que vêm no escravismo uma barreira ao progresso técnico, em geral, apóiam também a análise da abolição como uma necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. São duas coisas muito comuns na literatura. Acontece que eu diria que a abolição não foi acompanhada de uma elevação do progresso técnico na agricultura brasileira. Quer dizer, algum outro motivo deve ser buscado para explicar o atraso técnico nessas regiões que foram escravistas e, depois, deixaram de ser, mas permanecendo com nível técnico baixo.

Com relação à explicação de Castro, ele buscou uma analogia com a economia capitalista, cujo crescimento pressupõe elevação de produtividade no setor de produção de *wage-goods*. No caso, ele percebe que no escravismo não há a mesma pressão. Mas por quê? Porque, ao contrário do capitalismo, no escravismo e nesses sistemas periféricos, o controle sobre a mão-de-obra foi sempre uma marca registrada, e isso implica que custo de mão-de-obra sempre foi algo endógeno, nessas economias periféricas. Assim, na medida em que o custo de mão-de-obra é endógeno, ao sistema, para crescer, não é requerido elevar o seu nível técnico. Não é uma compulsão, como uma condição de expansão do sistema, elevar o nível técnico, tendo em vista o custo da mão-de-obra; \*enho tentado pensar desta forma.

Mas, então, coloca-se o seguinte problema. A análise do nível técnico passa a ter que ver com o custo da mão-de-obra, com ausência de pressão sobre preços de mão-de-obra. Mas, por outro lado, este preço em si mesmo é um subproduto dessas formações sociais, subproduto não só em função do escravismo, mas tendo que ver, por exemplo, com a imigração italiana no Brasil, com o sistema de *debt peonage* no México, várias formas de trabalho compulsório no Peru, em todo o Caribe, na África. Quer dizer, é como se o capitalismo, na sua relação com o mundo periférico, tivesse uma preocupação muito particular com preço de mão-de-obra. Dado que, então, Castro relaciona o preço da mão-de-obra ao nível técnico, então ele tem que problematizar esta questão de por que esta preocupação com preço de mão-de-obra. Isto é, passa a ser necessário expandir a análise. A própria origem do escla-

vismo, a própria reprodução do escravismo pode passar a ser analisada tendo em vista, então, essa relação com o capital metropolitano. É possível que, então, o problema que Castro tenta o fato de haver um sistema que se vale de terras novas, que não tem preocupações com nível técnico, em última análise, tenha suas explicações na relação com as economias metropolitanas. Há um problema que fica esboçado e reafirma, afinal de contas, a importância da relação com a metrópole. Desta maneira, o problema que o próprio Castro tentou analisar, o problema da dinâmica – como no Caribe – de uma ilha para outra, até chegar em Porto Rico, depois em Cuba; no Brasil vir, no início ali, no Vale do Paraíba, para depois pegar o Oeste de São Paulo, toda essa marcha de fronteiras que é típica destas formações, desses sistemas de *plantation*, desses sistemas originais do mundo periférico, não poderia ser analisado a não ser em sua relação com o sistema capitalista mundial. É possível, então, que até esse problema, que ela tenta analisar fechando-se no mundo colonial, afinal não possa ser explicado a não ser tendo em vista uma relação com o sistema, a economia capitalista mundial. É esta a observação mais fundamental que eu proponho à reflexão do autor.

*Fernando S. Novais*

Tentarei, com vistas a superar dificuldades de diálogo, buscar um universo comum de discurso. Nossas divergências são, como se verá, amplas e profundas; e no entanto o Prof. Castro, tanto quanto pude entender, procura analisar o escravismo colonial enquanto modo de produção, e se coloca, portanto, na mesma perspectiva metodológica em que me situo. Não quero dizer que eu pretenda já ter realizado essa análise (escravismo como modo de produção), mas que esta é a postura que enforma meus esforços. Se este universo nos é comum, vale lembrar que ele dilui a departamentização das disciplinas, sem destruir, obviamente, a diversidade de formação e as perversidades de profissão. Se fôssemos ceder a essas “perversidades”, iríamos comentar o uso que o Prof. Castro faz da documentação, ou mesmo, mais tecnicamente, as edições que prefere dos textos antigos, nem sempre as melhores, ou mais seguras; iríamos lembrar que nem todos os escritores do passado são “cronistas”, como parece supor: Antonil por exemplo, seria antes um “economista” da época, não um cronista.

Deixemos, porém, de lado essas diferenças de estilo, para discutir as questões fundamentais. A uma visão que procurou compreender os mecanismos da economia colonial no quadro de suas articulações com o processo de acumulação primitiva de capital comercial, através das relações colônia-metrópole, contrapõe o Prof. Castro a análise centrada nas relações de trabalho na colônia, donde decorre que os conceitos de “renda da escravidão”, em geral, e “renda diferencial”, em particular, assumem a posição de categorias explicativas básicas. Aqui reside, a nosso ver, a discordância essencial. Veja-se bem: não é que uma visão desconheça a importância das relações sociais de produção na colônia, e a outra ignore a inserção dessa mesma colônia nas relações centro-periferia; trata-se antes, de tomar uma ou outra dimensão do mesmo fenômeno como ponto de partida da análise; eixo em torno do qual se procede à reconstituição do conjunto. Ora, o que nos parece peculiar, historicamente específico, das formações coloniais do Antigo Regime, é que sua montagem decorre dos movimentos da acumulação do capital mercantil, na formação do capitalismo, isto é, na transição do feudalismo ao capitalismo; historicamente específico significando aquele componente que situa um determinado fenômeno no curso da história, que o individualiza, e que portanto deve ser o ponto de partida de sua análise e compreensão. Ponto de partida quer dizer que a análise não se esgota aí, mas centra-se nessa dimensão do conjunto, como essencial. Noutros termos, no caso da formação colonial da Época Moderna, as relações de trabalho não aparecem como dados, a partir dos quais se processa a análise, mas como produto, em cuja gênese se procura a natureza da formação social. Metrópole (o conjunto, isto é, o centro do sistema) aparece como algo mais que um elemento importante para a colônia (o conjunto da periferia); aparece como sua condição de existência. Neste sentido, parece-nos que A.B. Castro emprega “colonial” no sentido um tanto vago de “primário exportador”, enquanto nos parece mais fecundo, do ponto de vista analítico, o conceito acima indicado. Contudo, é claro que, em última instância, é o resultado das análises que indicará o seu grau de excelência e fecundidade.

Explicitada a divergência fundamental, referente à perspectiva mais geral em que se procede à análise, e indicado o critério que, ao fim e ao cabo, permitiria a comparação, poder-se-ia deixar à comunidade dos leitores a tarefa do cotejo entre as análises que se fazem por um ou por outro caminho, noutros termos, qual perspectiva dá conta do objeto de maneira mais abrangente, o desenvolvimento dos estudos haverá de ir indicando. Todavia, não nos eximimos de comentar outros tópicos, convencidos de que o diálogo e o debate são absolutamente necessários para o progresso do conhecimento, qualquer que seja a linha de interpretação. Assim, talvez não seja inútil retomar a

noção de “renda”, tal como ocorre no texto do Prof. Castro. “Renda da escravidão” aparece como o *quantum* de valor que, da produção total, descontada a parte correspondente ao trabalho necessário do escravo, remanesce em mãos do senhor; materializa-se, portanto, na renda da escravidão, o tempo de trabalho excedente do escravo, ou dos escravos. Logo, renda da escravidão está para o escravismo como mais-valia para o capitalismo, daí ser a categoria central da análise. Ocorre que Castro formula o conceito a partir de categorias (“trabalho necessário” e “trabalho excedente”) que, na análise de Marx, pressupõem a mercantilização da força de trabalho, isto é, o regime de trabalho assalariado. Essa transposição nos parece metodologicamente muito problemática, reclamando maior esclarecimento. “Renda”, por sua vez, remete, na conceituação marxista, à parcela da massa de mais-valia, que a propriedade exclusiva da terra permite apropriar. Sendo mais-valia a forma que assume o excedente econômico na produção capitalista, mais uma vez o pressuposto é o trabalho livre, isto é, assalariado. Os conceitos ficam assim historicizados, na medida em que o marxismo procura ser uma análise ao mesmo tempo lógica e histórica. Daí a dificuldade de transposição. Note-se que não estamos cobrando nenhuma ortodoxia do Prof. Castro, até porque temos horror de ortodoxias. O problema é que, se bem o entendemos, Castro formula as noções com que opera a partir dos conceitos marxistas, mas o faz sem esclarecer seus procedimentos metodológicos, o que obscurece sua análise; e é isso que, cremos, se pode legitimamente reclamar. Ou será talvez outro seu paradigma? Em que sentido se fala em “trabalho necessário” e “trabalho excedente” numa economia escravista?

Essa possível imprecisão conceitual repercute, quanto a nós, na explicação mais geral do escravismo que o estudo de Castro oferece. Se o texto apresenta, efetivamente, análises setoriais de grande interesse, formulações novas e estimulantes (como as considerações sobre a “patriarcalização”, por exemplo), a explicação final não é convincente. Vejamos: a escravidão é o eixo em torno do qual se pode compreender essa formação social; assim, não é a grande propriedade que explica, antes explica-se por ela, com o que estamos acordes. Mas o que explica a escravidão? Se bem entendemos a análise de Castro, a escravidão explica-se, em última instância, pela renda da escravidão, que por sua vez explica-se pela renda diferencial da escravidão – a qual remete para concorrência intercolonial, fertilidade da terra, distância, transportes etc. Mas como renda da escravidão tinha sido caracterizada, talvez definida, mas não explicada na sua gênese, resulta que a explicação gira em círculo vicioso, pois renda da escravidão pressupõe a instituição da escravatura, ao mesmo tempo que a explica. Para sustentar esse ponto de vista, a nosso ver inconclusivo, o Prof. Castro critica, às vezes rudemente, outras linhas explicativas que vieram sendo propos-

tas. Assim, à nossa tentativa de compreender a escravidão africana a partir do tráfico negreiro refere-se o autor *en passant*, numa nota, para dizer que não vale a pena discutir; o que porventura não será a maneira mais acadêmica de se engajar o diálogo, pois se não merecia o debate, dispensaria a referência. Digamos, apenas, que, em nossa abordagem, esboçada (mas não desenvolvida) em trabalho anterior, procuramos situar o problema nos mecanismos da acumulação primitiva, nas zonas centrais, durante a formação do capitalismo moderno; por isso, a escravidão africana colonial se explicita, segundo esse modo de ver, a partir do tráfico negreiro, que promove aquela acumulação. Isto é muito diferente, já se vê, de dizer que se explica a escravidão pelas atividades dos mercadores de escravos. A esse reducionismo esteve também sujeito Eric Williams, cujas análises, para nós, são mais ricas e sugestivas do que deixa entrever o trabalho do Prof. Castro. Este, por outro lado, entendeu merecedores de mais longa discussão (e refutação) autores que apresentam a escravidão moderna como simples continuidade da que existia no Velho Mundo, o que, a nosso ver, não chega a constituir uma “explicação”.

Já com referência à questão das relações entre escravidão e progresso técnico, o Prof. Castro não faz mais que retomar o muito que se tem escrito (sobretudo nos Estados Unidos) para provar a sua compatibilidade. Nos Estados Unidos, diríamos que virou moda aduzir exemplos (às vezes pitorescos) do uso de instrumentos mecânicos por escravos; com o que se pensa estar refutando a idéia da “incompatibilidade”, quando de fato o que se está é provando que os escravos eram capazes de manobrá-los. Alguém duvida disso? A verdadeira questão não é obviamente entre “escravos” e “máquinas” (como não era, acima, entre “traficantes” e “escravos”), mas entre “escravidão” e “progresso técnico”. O ponto essencial é que o escravismo não é um sistema que funcione *à base* do progresso técnico; e isto não se afirma com exemplos de que escravos, em determinadas situações, foram empregados no manejo de instrumentos sofisticados. Seria preciso demonstrar que o desenvolvimento tecnológico era constante, e um requisito essencial para a reprodução do sistema. Com o que voltamos às questões mais gerais, para finalizar: uma análise como a que propõe aqui não visa apenas descrever e caracterizar uma determinada formação social, mas ainda, e sobretudo, explicitar sua dinâmica; é assim aliás que o autor a formula desde o início. Dada, porém, a maneira como conduziu sua análise, a dinâmica que revela situa-se, a nosso ver, num nível meramente *conjuntural*, das flutuações das atividades, ou da sua movimentação espacial; não atingindo portanto os mecanismos de seu movimento histórico, isto é, suas condições de reprodução e transformação. Parece haver, portanto, um certo descompasso entre proje-

to e desempenho, o que não exclui que, no caminho, se tenham produzido observações corretas e estimulantes.

### *João Manuel Cardoso de Melo*

A determinação do modo de ser da economia colonial e de sua dinâmica é, talvez, o mais complexo problema a ser enfrentado pelos cientistas sociais latino-americanos nos próximos anos. Durante muito tempo, ficamos atados a duas matrizes explicativas. De um lado, a economia colonial, porque mercantil, escravista e sujeita ao domínio do capital comercial, foi caracterizada como economia de *plantation* a partir da clássica formulação de Weber. De outro, os que imaginavam partir do conceito de modo de produção e, ademais, acreditavam que todas as sociedades têm de percorrer, uma a uma, as etapas de um determinado esquema préestabelecido, buscavam apanhar a natureza da economia colonial a partir da simples presença de relações sociais servis ou escravistas. Não é este, seguramente, o momento de criticar em detalhe essas formulações. Basta dizer que ambas estão viciadas irremediavelmente pelo formalismo. O conceito de *plantation*, porque retém apenas elementos gerais – produção mercantil apoiada no trabalho escravo em colônias sujeitas ao monopólio de comércio –, abstraído os vários contextos em que a *plantation* se situou historicamente. Quer dizer, ora a sua antiguidade, ora a sua modernidade. Do mesmo modo, o conceito de economia colonial escravista ou feudal também padecia desse vício, porque não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista e servidão, a feudalismo. Esse procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, o que é muito mais importante, os processos históricos que constituíram e animaram as dinâmicas de tais sociedades.

Mais recentemente, no entanto, alguns trabalhos, especialmente os de Novais, buscaram superar essa problemática e recolocar a questão em outros termos. Admitia-se que a colonização moderna integrava um processo mais amplo, o de constituição de modo de produção

capitalista e, por isso, explicitava-se o seu carácter comercial e capitalista. Numa palavra, tratava-se de mostrar que a economia colonial organizou-se e se sustentou enquanto instrumento de acumulação primitiva de capital. Quer dizer, sublinhava-se a especificidade da economia colonial dos tempos modernos. Produção mercantil e trabalho servil, sim, como em vários momentos da Idade Média e na segunda servidão. Produção mercantil e trabalho escravo, sim, como na Atingüidade. Porém, produção mercantil e trabalho servil, produção mercantil e trabalho escravo para estimular a transição do feudalismo ao capitalismo. A partir daí concluíam-se que o tipo e o desenvolvimento das forças produtivas e correspondentes relações de produção haviam-se instaurado pelo capital comercial e em seu proveito. Justamente porque a colonização é colonização para o capitalismo, é que se explicaria a natureza da produção colonial, as formas de trabalho compulsório e o monopólio de comércio colonial. Definiam-se, portanto, uma tendência à apropriação dos lucros coloniais pelo capital comercial metropolitano, exprimindo seu controle sobre o processo de acumulação. É desse ponto de vista que se fizeram algumas tentativas de conceituação de produção colonial tomando-se em conta que há uma única estrutura de transição. Isto é, economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda. Haveria um único processo em que o movimento seria determinado pelas contradições que animam as economias metropolitanas. Por isto mesmo, o surgimento do capitalismo industrial marca o início da crise das economias coloniais.

Isto posto, examinemos o trabalho do Prof. Castro com a seriedade e a franqueza que um intelectual do seu porte, de sua integridade, merece. Seu objetivo consiste na construção do conceito de escravismo colonial, e o autor pensa propor uma novidade ao privilegiar as análises, não mais das relações colônia-metrópole, mas do processo de trabalho. No entanto, a complexidade da questão reside justamente na inespecificidade das relações sociais escravistas e do correspondente nível das forças produtivas. Como pensar a partir do processo de trabalho o modo de produção escravista colonial, se a reprodução das relações sociais de produção não se dá endogenamente às economias coloniais? Ou se esqueceu o autor de que o fornecimento do trabalho escravo depende do tráfico negreiro, isto é, do capital comercial metropolitano, e de que o carácter mercantil de produção colonial lhe é conferido externamente pela mesma ação do capital comercial metropolitano. Ao que parece, sim. O conceito de renda da escravidão está referido, apenas, às relações sociais básicas e, enquanto tal, exprime somente a apropriação compulsória de excedente que se transforma em lucro, entendamos bem. Na medida em que, e somente em que, a produção se mercantiliza. Uma vez que o específico é tomado em con-

ta, quer dizer, uma vez que se compreenda que a produção mercantil escravista é mercantil e escravista para estimular a acumulação primitiva de capital, funda-se o primado do capital comercial metropolitano sobre o processo de trabalho. A forma pela qual se dá a apropriação de lucros é o monopólio de comércio colonial que assegura o controle de processo de acumulação. Tudo isto, evidentemente, não exclui a exploração do trabalho escravo, senão, pelo contrário, o supõe. Porém, é necessário avançar além desse truísmo. Ou se julga que alguém que tenha tratado seriamente do assunto, por acaso, desconheça esse fenômeno palmar?

Vejamos agora o conceito de renda diferencial, que é tomado pelo autor como princípio motor do escravismo colonial. Essa renda seria a expressão das diferentes produtividades do escravo, ou melhor, de diferentes graus de fertilidade da terra e de custos diferenciais de transporte. Com isto, as regiões produtoras são classificadas em superdotadas, maduras e residuais. Em seguida, supõe-se a abertura de uma nova região e se examinam seus reflexos em função dos efeitos sobre os preços dos produtos e sobre os preços dos escravos nas regiões maduras e residuais. Em suma, a abertura de novas regiões aparece como um símile do superlucro tecnológico no capitalismo e é expressão da "concorrência inter-senhorial". Tudo se passa, portanto, como se a "concorrência inter-senhorial", acrescida do faro dos comerciantes e de inteligíveis arranjos políticos, movessem basicamente a economia colonial. E é esta deslocação geográfica da produção e de seus reflexos que Castro chama de movimento. Não percebe que o movimento das economias coloniais, agora sim, o movimento, é determinado não por uma suposta "concorrência inter-senhorial", mas pelas contradições entre as várias burguesias mercantis metropolitanas respaldadas pelos seus respectivos estados nacionais e, mais adiante, pela contradição entre o capital comercial e o emergente capital industrial. Ou será que querem me fazer crer que a colonização resulta da perseguição do lucro por parte dos senhores de escravos? Essa concepção conduz nosso autor a conclusões inusitadas quanto às raízes do trabalho escravo. Diz-se, em outras palavras, que não há escolha de formas de trabalho e sim a abertura de novas terras: se elas se revelarem excepcionais para a produção de produtos coloniais, serão trabalhadas por escravos. Se bem entendo, ainda que seja difícil crer, o trabalho escravo passa a ser explicado pela abundância de terras férteis. Esta é a explicação "dinâmica", a partir do processo de trabalho, que o autor propõe como alternativa, depois de rejeitar outras especialmente as de Eric Williams e de Fernando Novais, certamente por não ter compreendido que, quando se fala em escassez de trabalhadores e abundância de terras, não se está pensando em escassez absoluta, ou abundância absoluta, se

não escassez de trabalhadores livres para a produção capitalista e abundância de terras para a produção, pelos colonos, da auto-subsistência. Quer dizer, esses dois conceitos só têm sentido na medida em que referidos ao modo de produção.

O passo seguinte consiste em indagar as razões da ausência de progresso técnico no escravismo. Seriam duas. A primeira, que se antepõe ao progresso técnico na produção de *slave goods*, refere-se à desnecessidade de compressão do trabalho necessário. A segunda, que bloqueia o progresso técnico na produção dos artigos de exportação, reside em que, como sobem conjuntamente os preços dos produtos coloniais e do escravo, não há qualquer ameaça à margem de lucro auferida pelos senhores. Depois de ter, como vimos, analisado a questão da renda da terra no escravismo a partir do capitalismo, percorre-se, agora, caminho inverso: quer se entender por que o escravismo não é capitalismo. Não se toma em conta que a indústria, que a grande indústria, isto é, o sistema de maquinaria, só pode surgir quando a força de trabalho se transforma em mercadoria e, portanto, o capital submete formalmente o trabalho; e depois, que a cooperação simples e a manufatura, através da parcialização de tarefas, da diferenciação de ferramentas e da criação do trabalhador coletivo, preparam o surgimento de forças produtivas especificamente capitalistas. Ora, a escravidão não pode apresentar nenhum desses pré-requisitos. Nesse seu procedimento, o Prof. Castro se encontra em boa companhia, a da Profa. Joan Robinson: com o seu costumeiro desentrosamento com a dialética, no seu livro *Introduction to Modern Economics*, depois de construir um sistema de produção com homens e trigo, o contrapõe formalmente a um sistema de produção com homens e máquinas. Eis-nos, portanto, de volta não tanto ao malfadado modo de produção escravista, mas seguramente, à *plantation*. A especificidade e movimento das economias coloniais dos tempos modernos não são, nem de longe, apreendidas. Desgraçadamente, o formalismo do autor termina levando-o a descobrir no escravismo o capitalismo por antonomásia. Esse é o meu ponto de vista sobre o núcleo da proposta do Prof. Castro. Evidentemente penso que, no trabalho, existem várias idéias extremamente interessantes, mas que só poderão, realmente, ser bem compreendidas a partir das observações que procurei fazer.

## Antonio Barros de Castro

Eu gostaria de ter por escrito as críticas e comentários que foram aqui feitos, em grande medida por uma questão de modo de trabalhar. Na impossibilidade de tê-las, e apanhado de chofre, vou tentar improvisar algumas respostas. Começo comentando algumas colocações do Prof. Novais, incluindo, no entanto, em alguns comentários, o Prof. João Manuel, cujo parentesco teórico com Novais revelou-se bastante forte. Primeiro, um comentário sobre a questão de modo de produção. Eu evitei cuidadosamente usar o conceito do modo de produção. No trabalho não há, uma só vez, referência a esse conceito. Por que motivo? Antes de mais nada, porque creio que modo de produção não se define unicamente pela relação de produção básica (nisso estando de acordo com o Prof. João Manuel). Além disto, porque eu só poderia pensar em um modo de produção *acoplado*, principalmente, a um capitalismo de traços ainda pouco definidos, situação característica do complexo e ambíguo período que vai do final do século XV a meados do século XVIII. Posteriormente, acoplado ao capitalismo já plenamente constituído: lembremo-nos que o sul dos Estados Unidos operou como uma região escravista absolutamente integrada ao capitalismo manchesteriano. Ao insistir no termo *acoplado*, pretendo, aliás, realçar meu desacordo com as explicações teleológicas, segundo as quais as colônias existem *para* isto ou *para* aquilo (por exemplo, para estimular a transição do feudalismo para o capitalismo).

Marx conclui o seu capítulo sobre o capital mercantil dizendo que a economia política começa ali onde se abandona a esfera da circulação e se inicia a análise do processo de produção. Pois bem, eu achei fundamental colocar a questão nos seus devidos termos, vale dizer, entender a partir da produção. Isso parece surpreender o Prof. Novais. Eu diria que a surpresa é minha. A análise da produção social parte da distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente. Alguns acham que trabalho necessário e trabalho excedente só é pertinente distinguir no capitalismo, com o surgimento do trabalho abstra-

to etc. Na realidade, porém, a especificidade do capitalismo reside em que a forma salário obscurece a distinção entre trabalho necessário e excedente. Além disso, na escravidão, de que aqui tratamos, o trabalho excedente é extraído mediante coerção, isto é, por uma relação onde a dominação é explícita.

Quanto ao comentário de que o conceito de renda seria neoclássico, isto é mais uma vez uma surpresa. O conceito de renda ao qual me refiro, renda da escravidão, é o análogo da renda que, na alta Idade Média, era também cobrada em trabalho, a seguir em produto e, finalmente, em dinheiro. No caso da escravidão, ela é integral e absolutamente apropriada em trabalho. Não posso entender o sentido em que seria neoclássico este conceito de renda. Aliás, o conceito de renda relevante para os neoclássicos é o de quase-renda marshalliana, que nada tem a ver com o aqui proposto.

Há uma insistência muito grande no uso da categoria lucro comercial. É óbvio que o lucro comercial é importante no mundo de que estamos falando. Mas, o lucro comercial provém, aqui, da renda da escravidão, e tem que ser entendido como tal. E há ainda que ter em conta, a renda diferencial. Áreas de elevada produtividade dispõem-se a pagar preços altíssimos pelos escravos, permitindo que os traficantes realizem grandes lucros comerciais. Outras áreas, residuais, não conseguem pagar o preço de mercado do escravo – o mesmo preço, notem bem – e protestam, consideram absurdo esse preço.

O que está havendo, no caso, é uma transformação de parte da renda diferencial de regiões altamente dotadas em lucro dos comerciantes. Sem ter em conta isto, temo que o lucro dos comerciantes de escravos vá ser confundido, por exemplo, com os ganhos obtidos no comércio da pimenta, o que me parece lamentável. O lucro com a venda do escravo não surge meramente da escassez, ou, mais concretamente, de comprar barato e vender caro. Há que ter em conta a produtividade do trabalho nas regiões altamente dotadas. São elas que pagam para cima o próprio preço do escravo. Omitido isto, o negócio com escravos seria como o da pimenta. Além do mais, por que razão o escravo é caro para certas regiões e, ao mesmo tempo, barato para outras? Entra aqui a idéia da rede de provedores. A esse propósito convém lembrar a acusação de que eu estaria abusando da geografia no lugar do movimento real. Chegou-se, mesmo, a dizer que eu estava explicando o escravo pela existência de terras férteis. O uso de espaço como categoria é no entanto inevitável quando se estuda um sistema que se caracteriza por crescer extensiva e, portanto, geograficamente.

Não estou resumindo a questão do movimento a terras férteis ou não férteis. O que sim me parece importante, e escapa totalmente aos comentadores, é que há terras adequadas e inadequadas para a produção escravista colonial. Nas terras adequadas, o escravismo acaba se

impondo. Os escravos chegaram à Nova Inglaterra e chegaram à Virgínia, ao mesmo tempo. Na Nova Inglaterra eles varreram as casas, tornaram-se criados. Na Virgínia eles varreram os próprios *settlers*, os colonos. Por quê? Mais uma vez, a geografia vem à tona, por um mínimo de respeito à história.

Sendo talvez um pouco injusto, arrisco-me a dizer que os escritos do Prof. Novais estão embebidos da chamada teoria da dependência: a mesma aversão à análise dos processos de trabalho, característica dos dependentólogos; a mesma ênfase na espoliação colonial; a mesma omissão das relações econômico-sociais internas; a mesma hipertrofia dos contextos nacionais; e a mesma incapacidade de explicar as crises *singulares* e as respestivas superações.

Fiquei devendo alguma coisa ao Prof. Novais. Eu disse no trabalho que, a partir do meu esquema, seria possível, inclusive, reinterpretar as relações metrópole-colônia. Isso não foi feito no trabalho, e nem será feito aqui. Mas tenho a impressão de que dispomos de uma pista para trabalhar nessa direção. O Prof. Eric Williams observa que, de início, o mercantilismo vinha da Inglaterra para as Índias Ocidentais. Tratava-se de controlar as Índias Ocidentais, excluir os holandeses etc. Mais adiante, na etapa de maturidade de Barbados, quando as Antilhas francesas surgem com grande êxito produzindo a custos muito inferiores, mudam as coisas. Os plantadores das Índias Ocidentais tornam-se eles próprios mercantilistas e irão, de dentro do Parlamento Inglês, batalhar pela preservação das restrições mercantilistas, cujo sentido agora se inverte. É, portanto, conveniente abandonar o esquema unidirecional metrópole-colônia que domina o trabalho do Prof. Novais e ter em conta, pelo menos, um sistema de duas mãos.

Devo fazer umas retratações. Acho muito bem feita a observação do Prof. João Manuel no sentido de que algumas vezes eu pareço tentar captar a escravidão por antonomásia, perguntando-me como seria se fosse capitalismo. Parece-me uma observação pertinente; mas parece-me, também, fecundo o procedimento aqui adotado. Procurarei pensar a respeito.

O Prof. Gervásio levanta alguns pontos em que está de acordo comigo, e um em que está em desacordo. Devo dizer que, realmente, tem razão. Se, em algum momento, dou a entender que estou pretendendo reconstituir o que seria a explicação do latifúndio em Marx... Você usou o termo latifúndio. Não? Escutei latifúndio, acho que tenho umas duzentas testemunhas aqui. Quando você se refere às minhas alusões a Wakefield e Marx... Não? Então, melhor para mim, não tenho que me retratar. Bom, estes são os meus comentários. Não posso resistir à tentação de uma última observação. Prometo que pro-

curarei, com os historiadores amigos, as edições adequadas das obras a citar, e no mais, confesso que fiquei orgulhoso ao saber que Antonil era um economista.



# **TRABALHO ESCRAVO, ECONOMIA E SOCIEDADE**

Coordenação de Paulo Sérgio Pinheiro

Os trabalhos de Rudolf Bell, Antonio Barros de Castro, Arno J. Mayer e Maria Sylvia de Carvalho Franco caracterizam um momento importante na pesquisa histórica e nas ciências sociais “de ponta” nas áreas escolhidas: abrem novos caminhos de análise, lançam discussões que estão presentes até hoje, permanecendo portanto atualíssimas. Os comentários, elaborados por um grupo de pesquisadores eminentes nas ciências sociais, economia e história, permitem reconstituir um momento privilegiado do debate em uma das mais dinâmicas instituições de ensino e pesquisa no Brasil, a UNICAMP, numa época em que o autoritarismo do Ato Intitucional nº 5 ainda prevalecia. Rompendo a atmosfera de censura, os debates ajudaram a superar as barreiras entre a discussão acadêmica e o debate público.